COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 26.1.2005
COM(2005) 15 final

PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2005

Comunicação do Presidente
com o acordo da Vice-Presidente Wallström

I INTRODUÇÃO

2005 será um ano crucial para a União Europeia. A Europa tem de gerar mais crescimento e mais emprego, dando um novo ímpeto à Estratégia de Lisboa; através de um acordo sobre as Perspectivas Financeiras, tem de proporcionar os meios necessários para assegurar a prosperidade, a solidariedade e a segurança; tem ainda de reforçar a liberdade, a segurança e a justiça à escala europeia, em benefício dos seus cidadãos, através da execução do Programa de Haia. Terão de ser tomadas decisões fundamentais com um impacto directo sobre o futuro da União alargada. Por outro lado, a Constituição serve para lembrar à União a sua razão de ser e os seus objectivos. A Comissão Europeia tem um papel fundamental a desempenhar neste contexto e pretende **perseguir estes objectivos com energia e determinação.**

Assumem especial importância os seguintes aspectos do contexto político de 2005:

- O **crescimento económico** na Europa estagnou a um nível ligeiramente superior a 2%, o que não é suficiente para fazer face ao desemprego e reflecte deficiências mais profundas a nível da competitividade da Europa e da sua capacidade de incentivar os principais factores promotores do crescimento.

- A **ratificação da Constituição** despoletará um intenso debate político em todos os Estados-Membros da União. Este debate, a exemplo de qualquer outra discussão sobre o futuro da União, suscitará, inevitavelmente, alguma controvérsia, mas constituirá também uma oportunidade para promover uma melhor compreensão da União por parte do público.

- As negociações sobre as **Perspectivas Financeiras** darão à União a possibilidade de orientar o orçamento comunitário**,** uma das principais ferramentas ao seu dispor, de forma a conferir um máximo de eficácia às acções da UE, em consonância com os seus objectivos.

- 2005 constituirá uma etapa decisiva para assegurar o bom funcionamento da **União recentemente alargada**.

O presente Programa Legislativo e de Trabalho (a seguir designado "Programa de Trabalho") descreve o papel a desempenhar pela Comissão enquanto órgão responsável por articular o interesse comum europeu e imprimir orientação às políticas da União. O direito de iniciativa da Comissão constitui, desde o início do projecto europeu, um elemento determinante, capaz de mobilizar a União no sentido da persecução de objectivos comuns.

O Programa de Trabalho acompanha a proposta relativa aos Objectivos Estratégicos para 2005-2009, permitindo à nova Comissão contribuir, pela primeira vez, para definir o rumo que a Europa irá tomar ao longo dos próximos cinco anos. O programa apresenta **as modalidades e o calendário das acções que a Comissão vai adoptar, ao longo do próximo ano**, tendo em vista a concretização das prioridades estratégicas, tanto no que respeita a novas iniciativas como a iniciativas já em curso. Em anexo ao presente texto figura uma lista das principais novas acções.

O Programa de Trabalho da Comissão para este ano é fruto de uma nova abordagem:

- O Programa de Trabalho tem uma **orientação mais política**.

- É prestada uma atenção especial aos aspectos ligados à **execução**. A Comissão está totalmente empenhada em obter resultados muito concretos no que respeita às propostas prioritárias referidas no Anexo I.

- Será conveniente atribuir uma verdadeira prioridade aos aspectos ligados à produção de regulamentação que satisfaça as normas mais elevadas e a uma **melhoria da regulamentação**. As propostas da Comissão são descritas, mais pormenorizadamente, na secção III do presente Programa de Trabalho.

O presente Programa contribuirá igualmente para ajudar as instituições comunitárias a planificarem o seu trabalho de uma forma mais eficaz. Uma vez que define apenas as prioridades relativas às novas acções da Comissão, **as outras instituições receberão igualmente uma lista completa de quaisquer outros actos que, ao longo do próximo ano, devam ser objecto do procedimento interinstitucional.** Esta iniciativa reflecte uma tendência positiva no sentido de uma coordenação do trabalho das instituições – aspecto salientado pelo Parlamento Europeu aquando da aprovação da nova Comissão. A próxima etapa lógica está prevista na Constituição: um programa plurianual e interinstitucional que proporcione à União uma visão estratégica comum. Os Objectivos Estratégicos para 2005-2009 propostos pela Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho paralelamente ao presente Programa de Trabalho enquanto base comum para o trabalho das instituições inspiram-se nas disposições da Constituição.

II PRIORIDADES DA COMISSÃO PARA 2005

Em Fevereiro do ano passado a Comissão apresentou, na sua **Estratégia Política Anual para 2005**, as prioridades de acção para o ano seguinte e as principais iniciativas necessárias tendo em vista a sua concretização.

A adopção da Estratégia Política Anual oferece, todos os anos, uma oportunidade para um **diálogo interinstitucional** sobre as prioridades para o ano seguinte. O Parlamento Europeu e o Conselho procedem a um exame aprofundado das propostas da Comissão e sugerem alterações. Estas reacções são reunidas no quadro de um exercício de avaliação global que, sendo caso disso, permite uma reformulação das prioridades e das principais iniciativas que, por sua vez, irão alimentar o Programa de Trabalho.

Devido às mudanças institucionais ocorridas em 2004 foi adoptado um procedimento simplificado para o diálogo com o Parlamento Europeu. Em Abril, as prioridades identificadas pela Comissão foram, em geral, bem recebidas, tendo sido atribuída uma atenção especial à segurança, na sequência dos ataques terroristas em Madrid. O Conselho, nas suas conclusões, regozijou-se com as prioridades identificadas e solicitou que as conclusões do Conselho Europeu da Primavera fossem plenamente tidas em conta.

Durante a elaboração do Programa de Trabalho, a Comissão tomou devidamente em consideração os pontos de vista das diversas instituições. Designadamente, a Comissão partilha, com estas últimas, o objectivo primordial de prosperidade e de desenvolvimento sustentável. A Comissão salientou os seguintes elementos:

- grande importância a atribuir à aplicação efectiva da Estratégia de Lisboa;

- a atenção especial a conferir aos aspectos ligados à segurança, incluindo a necessidade de gerir as fronteiras externas da UE alargada, de adoptar uma abordagem comum no que

respeita aos fluxos migratórios e de intensificar os esforços em matéria de luta contra o terrorismo;

- a necessidade de apoiar firmememente uma política de vizinhança ambiciosa e um programa de desenvolvimento extremamente dinâmico.

Os frutos deste diálogo e os resultados do intercâmbio com as outras instituições desde a entrada em funções da nova Comissão foram consolidados no âmbito dos Objectivos Estratégicos, que salientam os seguintes aspectos-chave para 2005:

– O objectivo central consiste em aumentar a **prosperidade**, mediante um novo impulso ao crescimento e ao emprego, com base num reforço da competitividade.

– Os objectivos distintos de **solidariedade** e de **segurança** serão perseguidos a título de complementos essenciais da prosperidade.

– Reforçada pela sua nova legitimidade continental, a União projectará os seus objectivos internos, assumindo maiores responsabilidades **a nível externo**.

Os cidadãos europeus esperam e merecem que a União Europeia desempenhe o papel que lhe compete em termos de uma melhoria da sua qualidade de vida.

Um factor essencial para que esta perspectiva se torne uma realidade é o objectivo primordial do **desenvolvimento sustentável.** O modelo europeu assenta no princípio de que as acções que promovem a competitividade, o crescimento e a criação de empregos, bem como a coesão económica e social e um ambiente são, se reforçam mutuamente. Afrontar o problema das alterações climáticas, por exemplo, constitui uma condição essencial para um crescimento sustentável.

A liberdade, a segurança e a justiça estão no cerne das preocupações dos cidadãos. Em Novembro de 2004, o Conselho Europeu adoptou o Programa de Haia, que inicia uma nova etapa no processo de construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça e constitui um programa de acção pormenorizado.

Por último, se a União Europeia pretende estar mais próxima dos seus cidadãos terá de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de formas de comunicação eficazes. Este aspecto foi reconhecido no Conselho Europeu de Novembro de 2004, que se congratulou com a intenção manifestada pela Comissão de apresentar uma **estratégia de comunicação** global.

Principais acções transversais em curso

- Negociações sobre a contribuição das próximas Perspectivas Financeiras e das políticas subjacentes para a realização dos objectivos da União para 2007-2013.

- Garantir o funcionamento harmonioso da Europa alargada e a plena aplicação das políticas e regras em todos os Estados-Membros

Os capítulos seguintes apresentam, de forma sucinta:

- as principais metas a alcançar a título de cada objectivo;

- um resumo das acções cuja adopção está prevista no âmbito de cada prioridade;

- um resumo de outras actividades-chave da Comissão actualmente em curso que contribuirão para a concretização das prioridades em 2005.

II.1 Prosperidade

O relançamento do crescimento económico constitui o objectivo central da política da Comissão. Isto implica uma intensificação do apoio aos principais motores do crescimento, como a investigação e a inovação, e a adopção de medidas tendo em vista satisfazer as necessidades de cada sector, com especial destaque para o sector dos serviços. A **revisão intercalar da Estratégia de Lisboa** dará novo ímpeto à competitividade à escala europeia. O Conselho Europeu da Primavera que terá lugar em Março de 2005, dará à UE e aos Estados-Membros o ensejo de efectuarem verdadeiros progressos no sentido de melhorarem a competitividade do modelo europeu enquanto via para a prosperidade, o emprego, a coesão e a protecção do ambiente. Sem prejuízo dos resultados do reexame, o trabalho da Comissão tendo em vista abrir caminho para uma Estratégia de Lisboa renovada pode, contudo, ser concretizado através de uma série de acções precisas centradas em alguns dos principais elementos determinantes de uma política de crescimento bem sucedida.

- Uma economia sã passa pela existência de um sólido quadro macroeconómico. A reforma do **Pacto de Estabilidade e Crescimento** contribuirá para assegurar a estabilidade graças a um novo acordo sobre as regras pelas quais o Pacto se rege.

- A existência de **infra-estruturas** deficientes acarreta custos extremamente elevados para a economia europeia. A Rede Transeuropeia terá de levar mais longe os princípios enunciados na Iniciativa Europeia para o Crescimento, garantindo que a afectação de um montante considerável de recursos suplementares seja acompanhada da adopção de novas medidas tendo em vista melhorar a coordenação e o funcionamento das redes. Um mercado da energia mais transparente contribuiria igualmente para garantir uma maior segurança do abastecimento energético.

- Uma nova geração de programas de **investigação** virá introduzir uma mudança dramática tendo em vista reduzir o fosso entre os esforços de investigação da Europa e os dos seus principais concorrentes. O orçamento da UE deveria afectar uma verba muito mais elevada ao objectivo acordado de consagrar 3% do PNB à investigação. Os programas de investigação deveriam concentrar-se nas áreas em que a UE pode oferecer um real valor acrescentado: promovendo a excelência e incentivando a colaboração à escala europeia, garantindo a realização do potencial de investigação da Europa no seu conjunto e oferecendo economias de escala, eficácia e simplificação. Criar uma economia do conhecimento na União Europeia significa também alcançar os objectivos da União em matéria de **aprendizagem ao longo da vida**.

- A **inovação e o espírito empresarial** constituem também factores indispensáveis ao crescimento e à criação de empregos a que a União terá de dar o seu incentivo, adoptando políticas que ajam como catalisadores da inovação e do espírito empresarial e complementando as acções levadas a cabo pelos Estados-Membros. Será necessário fomentar um clima de inovação que vá para além da inovação tecnológica e abra novas perspectivas em sectores como a distribuição, a comercialização e o design. A Europa poderá tirar partido da vantagem comparativa de que dispõe em áreas como a eco-inovação para impulsionar decisivamente o crescimento e a competitividade.

- O **clima empresarial europeu** terá de ser mais favorável às empresas que desejem explorar novas oportunidades. Um mercado interno que funcione correctamente é condição indispensável ao crescimento e à competitividade. Para que se possa tirar pleno partido das vantagens proporcionadas pelo Mercado Único será necessário eliminar os entraves em sectores-chave tais como os serviços financeiros e a energia. O desenvolvimento de mercados eficientes e a concessão de incentivos ao investimento e à inovação constituem elementos essenciais para o crescimento e para a criação de empregos. Uma concorrência efectiva constitui um dos principais estímulos à concretização destes objectivos. As tecnologias ambientais podem incentivar a produtividade e a competitividade das empresas europeias. Uma adopção mais generalizada das **Tecnologias da Informação e da Comunicação** contribuirá para dinamizar o crescimento, através do aumento da produtividade, da abertura de novos mercados e da melhoria dos serviços públicos. Será proposta uma nova estratégia global para a Sociedade Europeia da Informação até 2010. A política fiscal deve facilitar o funcionamento das empresas, evitando o risco de uma dupla tributação. Contudo, para que dê bons resultados, será necessário melhorar a aplicação da legislação relativa ao mercado interno e reduzir a carga regulamentar. Será necessário adoptar procedimentos adequados e encontrar soluções para os actuais problemas a fim de garantir a aplicação das normas em matéria de contratos públicos, direitos de autor e propriedade industrial.

Principais acções em curso

- Traduzir a Iniciativa para o Crescimento em acções concretas, nomeadamente no que se refere às infra-estruturas.
- Avançar na preparação da Iniciativa Internacional relativa à Energia de Fusão (ITER).
- Último ano de aplicação do Plano de Acção para os Serviços Financeiros 2000-2005.
- Desenvolvimento de uma política espacial europeia.
- Desenvolvimento de políticas em sectores-chave do Mercado Interno como os contratos públicos (defesa e parcerias entre o sector público e o sector privado), propriedade intelectual e serviços financeiros (compensação e liquidação).
- Promoção de uma melhor governança económica e reforço da capacidade de acompanhamento da situação macroeconómica e orçamental.

II.2 Solidariedade

A **solidariedade** constitui uma das pedras angulares da cidadania europeia:

- É necessário promover a **dimensão social** do objectivo que consiste em criar mais e melhores postos de trabalho, através de uma nova Agenda da Política Social para os próximos cinco anos. É igualmente necessário tomar medidas específicas a fim de lutar contra a discriminação, fomentar a igualdade entre mulheres e homens, incentivar a mobilidade profissional, antecipar os problemas decorrentes da reestruturação e lançar um debate sobre a resposta a dar ao problema do envelhecimento da população europeia.

- Os benefícios decorrentes do crescimento devem chegar a todas as partes da União. Isto implica uma reorientação e uma reformulação da **Política de Coesã**o de forma a garantir que os recursos sejam orientados não só para as regiões mais carentes mas também para os sectores com maior potencial de crescimento, a fim de promover a competitividade a nível

regional. Ao mesmo tempo, as políticas seguidas em sectores como a tecnologia da informação podem ajudar a reduzir a exclusão, aumentando as possibilidades de acesso.

- Ser um cidadão europeu implica participar numa parceria. A cidadania passa pela adopção de medidas destinadas a fomentar a **diversidade intercultural** na Europa e para além das suas fronteiras e a estimular uma participação cívica activa no interior da União. A atribuição de uma ênfase especial à **juventude** ajudaria a reflectir os interesses díspares deste grupo. A regulamentação relativa ao **sector do audiovisual** terá também de ser actualizada, na sequência de uma consulta recentemente realizada.

A **sustentabilidade** do nosso ambiente e dos nossos recursos naturais é, desde há muito, reconhecida como uma das prioridades da UE e inscreve-se no conceito de solidariedade entre gerações:

- Os **desafios ambientais que a Europa terá de enfrentar** exigem uma resposta coordenada à escala europeia. As estratégias temáticas representam uma nova abordagem em matéria de política ambiental que pretende tirar o máximo partido das inter-relações, tanto no interior dessa política como entre a política ambiental e outras políticas sectoriais. Essas estratégias foram concebidas a fim de assegurar que todos os aspectos da política possam ser tomados em consideração e se possa recorrer a um vasto leque de respostas para tentar resolver os problemas ligados à utilização dos recursos, aos resíduos, pesticidas, ar e solo e ao ambiente urbano e marinho. A UE deve igualmente garantir uma maior transparência dos custos ambientais e sociais inerentes às diferentes escolhas de transporte e continuar a promover a utilização de energias renováveis. Contudo, há também que pensar no futuro, sendo necessário começar, desde já, a reflectir sobre as estratégias a adoptar, ao longo da próxima década, para reagir às alterações climáticas. O facto de se planear desde já uma estratégia de adaptação às alterações climáticas, incluindo novas iniciativas para aumentar a eficácia energética, facilitará a adaptação das empresas e dos cidadãos e contribuirá para limitar os futuros riscos.

- As reformas da Política Agrícola Comum e da Política Comum das Pescas abriram já caminho para uma **gestão** mais sustentável **dos recursos naturais** e para um aumento da competitividade através de uma perspectiva mais orientada para o mercado, em consonância com a Estratégia de Lisboa, e para um maior apoio às comunidades vulneráveis. Este trabalho deve agora ser alargado a novas áreas. Trata-se, nomeadamente, de iniciar uma nova fase da reforma do sector do açúcar e de adaptar a legislação sobre as bananas. A adopção de uma nova estratégia garantirá a coerência do desenvolvimento rural à escala comunitária e favorecerá o crescimento e a prosperidade das zonas rurais. Quanto à política das pescas, a consolidação das acções no âmbito de um instrumento único permitirá simplificar e melhorar a governança deste sector.

Principais acções em curso:
- Lançamento de um novo sistema de comércio de direitos de emissão e aplicação do Protocolo de Quioto
- Primeiro ano de aplicação da reforma da Política Agrícola Comum com a introdução do pagamento único por exploração
- Preparação do terreno tendo em vista uma política marítima para a União
- Execução do plano da UE em matéria de biodiversidade

II.3 Segurança dos cidadãos europeus

A **Segurança** figura entre as principais expectativas dos cidadãos europeus. As acções levadas a cabo no domínio da liberdade, da segurança e da justiça exigem um forte consenso. Os riscos associados a crises sanitárias ou ambientais assumem, cada vez mais, uma dimensão pan-europeia. As acções serão repartidas entre os seguintes elementos:

- **A livre circulação das pessoas no interior da União exige uma abordagem comum no que respeita ao controlo das fronteiras, à política de asilo e à imigração.** A adopção de regras comuns em matéria de migração legal e de procedimentos de repatriamento proporcionaria condições idênticas a todos os potenciais imigrantes. É necessário proceder à recolha dos dados pertinentes a fim de garantir uma maior eficácia a nível da orientação das políticas. Contudo, o controlo das fronteiras constitui um exercício dispendioso e os custos suportados por Estados-Membros cujas obrigações sejam excessivas deveriam ser aligeirados graças a um sistema de partilha dos encargos.

- **A ameaça que representa, em termos de segurança, uma Europa sem fronteiras deve ser objecto de uma resposta coordenada.** Certas lacunas poderiam ser supridas graças a um sistema de cooperação, a nível operacional, em matéria de luta contra o terrorismo e o crime organizado e a uma melhor utilização dos serviços de informação. Seria igualmente possível melhorar a comunicação através da ligação em rede das diversas autoridades nacionais e do acesso comum aos registos criminais. A cooperação entre as polícias dos transportes decorre logicamente da existência de uma rede de transportes unificada. A União tem igualmente responsabilidades em matéria de segurança cujos efeitos se fazem sentir para além das suas fronteiras, nomeadamente a realização de controlos eficazes, aduaneiros e outros, dos bens de dupla utilização.

- **O acesso à justiça deve ser reforçado.** Este objectivo poderá ser realizado graças à cooperação entre as autoridades judiciais e à extensão do domínio da justiça de forma a abranger questões tais como as convenções de divórcio, obrigações relativas ao pagamento de pensões alimentares, sucessões e testamentos. Por outro lado, há também que proteger os direitos individuais e a União deveria prever a integração da Carta dos Direitos Fundamentais na Constituição.

- A UE terá de dispor de mecanismos que lhe permitam reagir rapidamente às situações de crise e melhorar a segurança dos cidadãos europeus. A **segurança marítima, rodoviária e aérea** exigem uma resposta à escala europeia. Os **resíduos radioactivos** exigem uma gestão eficaz. A **saúde** é também um sector em que a coordenação e o intercâmbio das melhores práticas podem beneficiar directamente os cidadãos. Embora tenha já sido adoptada a maior parte das normas em matéria de **segurança dos alimentos**, a sua aplicação terá de ser intensificada mediante acções de formação e de um melhor controlo. Importa ainda actualizar estas normas em função dos progressos científicos e das necessidades dos consumidores. Os **consumidores** devem beneficiar de uma protecção adequada em sectores tais como os aditivos e dispor de informações suficientes sobre as normas de bem-estar aplicáveis à produção alimentar. As regras em matéria de **saúde e bem-estar dos animais** terão igualmente de ser actualizadas a fim de reflectir os novos conhecimentos científicos e melhorar o bem-estar e a protecção da saúde.

- A **segurança do aprovisionamento energético** deve ser reforçada mediante a redução da dependência a longo prazo das importações de petróleo e de gás.

Principais acções em curso

- Medidas destinadas a garantir a segurança dos alimentos e realização de controlos fitossanitários, bem como uma verificação harmonizada do estado de saúde dos animais importados e dos alimentos para animais e produtos alimentares importados
- Preparação de uma nova acção de investigação no domínio da segurança
- Preparação da segunda fase da Política Comum de Asilo (incluindo a execução do Fundo Europeu para os Refugiados II)
- Reforço da política comum em matéria de vistos e segurança dos documentos de viagem
- Intensificação da luta contra o terrorismo através de um reforço das redes e das capacidades da UE

II.4 PRIORIDADES EXTERNAS

A **nova dimensão da União após o alargamento** evoca a necessidade premente de estabelecer, com os países vizinhos do Sul e do Leste, um quadro político abrangente e estável. A criação desta segunda zona de prosperidade e de estabilidade, que constitui a principal prioridade da UE a nível externo, exige a aplicação integral da nova Política Europeia de Vizinhança. Ao mesmo tempo, o processo de estabilização e de associação deverá continuar a ser a pedra angular da política seguida no que respeita aos países dos Balcãs Ocidentais enquanto processo de adesão deverá prosseguir com a estratégia de pré-adesão e a abertura de negociações com a Turquia e com o início de uma fase activa de negociações com a Croácia.

A União alargada pode e deve também assumir uma **maior responsabilidade a nível global**. A Comissão terá de desempenhar um papel mais activo no que concerne a promoção do desenvolvimento sustentável a nível mundial, nomeadamente através dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e assumir uma posição de liderança no que respeita à governança mundial e à reforma das Nações Unidas. A política comercial integrada da UE e o papel central que desempenha em termos da promoção do desenvolvimento levarão a União a assumir maiores responsabilidades no quadro de instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio. O desenvolvimento de uma série de instrumentos coerente e a melhoria da sua coordenação potenciará a capacidade da UE para reagir eficazmente em situações de crise civil ou após um conflito. A prestação rápida de ajuda humanitária na sequência da catástrofe provocada pelo tsunami reflectiu bem o contributo que a mobilização rápida e eficaz de ajuda humanitária e de outro tipo de assistência da UE pode representar no exercício das responsabilidades da UE a nível mundial. Uma outra forma de dar mais peso à UE na cena internacional consiste em explorar ao máximo a dimensão externa das suas políticas internas.

Em 2005, a Comissão tenciona, em conformidade com as perspectivas a mais longo prazo enunciadas nos objectivos estratégicos, prestar especial atenção a dois aspectos: as relações com a sua **vizinhança** imediata e o imperativo de desenvolvimento de que **África** constitui um exemplo.

- Graças à **Política Europeia de Vizinhança** a UE poderá partilhar com os países vizinhos os benefícios decorrentes do alargamento a nível do reforço da estabilidade, da segurança e da prosperidade. Em 2005, a Comissão alargará aos novos países vizinhos planos de acção especificamente concebidos, que definirão objectivos para todo o leque de questões políticas, económicas e sociais e poderão funcionar como catalisadores das reformas

económicas e políticas. No que respeita ao Mediterrâneo, o Processo de Barcelona será reexaminado e reformulado a fim de que possa continuar a ser o instrumento de parceria e de diálogo mais eficaz e a oferecer uma perspectiva regional no quadro da abordagem global de vizinhança.

- O processo de **alargamento** prosseguirá com a elaboração do documento regular de estratégia sobre os progressos realizados na matéria (relatórios de acompanhamento no caso da Bulgária e da Roménia, relatórios sobre os progressos efectuados no caso da Croácia e da Turquia). A Comissão fornecerá igualmente indicações sobre a evolução do processo de estabilização e de associação com os Balcãs Ocidentais. Por último, avaliará pertinência de recomendar a abertura de negociações de adesão com a antiga República Jugoslava da Macedónia.

- A União fará uma nova declaração sobre a sua política de desenvolvimento que referirá a necessidade de uma maior eficácia das acções da UE nesta matéria. Preparar-se-á igualmente para a **revisão global dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio** a realizar pela ONU, em Setembro de 2005, fazendo o seu próprio balanço da situação e elaborando propostas para fazer avançar o processo. No âmbito deste processo, atribuirá especial atenção ao financiamento sustentável do desenvolvimento e a um multilateralismo efectivo. A UE deverá, para além disso, procurar tirar o maior partido das suas **relações bilaterais**, explorando ao máximo o potencial da sua relação transatlântica.

- A União prosseguirá igualmente os seus esforços no sentido de garantir o êxito da **Agenda de Desenvolvimento de Doha**, designadamente procurando obter progressos significativos aquando da reunião ministerial de Hong Kong e executando políticas que promovam objectivos de desenvolvimento.

- A nova declaração sobre a política de desenvolvimento e a avaliação global dos progressos efectuados pela União no sentido da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio deveriam ser completadas pela elaboração de uma **estratégia específica para África**. Os problemas específicos deste continente, em especial da África subsariana, exigem a adopção de medidas específicas. A adopção de uma estratégia especial permitirá à UE uma reorientação dos seus esforços de assistência a África, tanto em termos quantitativos como qualitativos, tendo em vista uma verdadeira parceria baseada numa relação comercial e política bem consolidada.

Principais acções em curso

- Execução de uma nova política comunitária em matéria de vizinhança através de planos de acção já adoptados
- Estabilização e associação nos Balcãs Ocidentais
- Preparação da adesão da Roménia e da Bulgária
- Execução da estratégia de pré-adesão e negociações de adesão com a Turquia e a Croácia
- Negociação de um pacote de instrumentos racionalizados em matéria de relações externas no âmbito das Perspectivas Financeiras
- Colaboração com os Estados Unidos no que respeita ao Processo de Paz para o Médio Oriente
- Prossecução das negociações regionais ou bilaterais em curso (Mercosul, CCG) e de outras iniciativas tendo em vista reforçar as relações comerciais (Estados Unidos, Canadá, ASEAN)
- Execução da Estratégia Europeia de Segurança e realização de novos avanços no que respeita à Política Europeia de Segurança e de Defesa
- Prestação de assistência aos parceiros ACP a fim de os ajudar a fazer face às consequências da reforma comunitária do sector do açúcar
- Prossecução das negociações de acordos multilaterais no domínio do ambiente, nomeadamente das negociações em curso sobre as alterações climáticas

III. PRODUZIR MELHOR REGULAMENTAÇÃO

A fim de garantir a credibilidade e a legitimidade das políticas executadas pela UE será necessário aplicar elevadas normas em matéria de governança e regulamentação. A melhoria do quadro regulamentar e da qualidade da legislação contribui directamente para estimular o crescimento, a competitividade e o emprego, garantindo simultaneamente uma protecção adequada dos cidadãos e do ambiente. Reconhecendo a importância de uma melhoria da regulamentação, a Comissão vai relançar, no primeiro trimestre de 2005, a sua estratégia de simplificação e melhoria do quadro regulamentar.

- **Subsidiariedade e proporcionalidade.** O trabalho levado a cabo pela Comissão será avaliado em função dos requisitos em matéria de subsidiariedade e proporcionalidade. A UE só deverá intervir quando tal se revelar necessário, e da forma mais ligeira possível. A Comissão está consciente do papel especial atribuído aos parlamentos nacionais, no quadro da Constituição, em matéria de subsidiariedade.

- **Relação custo/eficácia e prestação de contas.** O recurso às verbas do orçamento comunitário deverá limitar-se aos casos em que tal permita uma melhor relação custo-eficácia do que as despesas efectuadas a nível nacional. As despesas devem estar sujeitas a um processo de prestação de contas claro recorrendo a mecanismos inter-institucionais eficazes, criados para o efeito. Será necessário instituir sistemas de auditoria e controlo adequados e estabelecer um roteiro sobre como obter declarações de fiabilidade positivas do Tribunal de Contas das Comunidades Europeias. Para proteger os interesses financeiros da União será conveniente reforçar as acções de dissuasão no âmbito da prevenção da fraude graças a uma maior transparência e a um maior nível de colaboração.

- **Consulta.** É conveniente referir que grande parte das propostas a adoptar este ano se destinam a dar início a um processo de consultas. A Comissão considera que a plena participação da sociedade civil e de outras partes interessadas na preparação das políticas

tem um impacto real sobre a qualidade e da eficácia das mesmas. No âmbito da consulta das partes interessadas a Comissão deverá, na medida do possível, aplicar os requisitos mínimos na matéria[1].

- **Avaliação do impacto.** A Comissão entende que a avaliação do impacto é uma ferramenta essencial para garantir que as políticas sejam elaboradas com pleno conhecimento dos factos, pelo que continuará a desenvolver as suas práticas neste sentido[2]. O processo de avaliação do impacto serve de orientação para o processo de elaboração de políticas através de uma análise aberta das diversas opções, introduzindo igualmente uma série de critérios destinados a garantir que os factores económicos, sociais e ambientais sejam plenamente tomados em consideração. Por último, dá uma explicação pública clara e acessível da razão de ser da proposta. A avaliação do impacto passou pois a constituir um elemento incontornável de todas as propostas que figuram no Programa de Trabalho. A Comissão garantirá que estas avaliações tenham devidamente em conta a competitividade. Os Livros Verdes e as consultas com os parceiros sociais constituem os únicos casos em que não é necessária uma avaliação do impacto. Essa avaliação será efectuada mais tarde, caso se decida prosseguir com a iniciativa.

- **Transposição e aplicação.** A Comissão salvaguardará todo o processo legislativo, intensificando os seus esforços para pôr em prática a nova abordagem em matéria de aplicação do direito comunitário[3], em especial através de medidas preventivas e de um tratamento rigoroso das infracções, se for caso disso.

- **Simplificação.** No contexto do seu Plano de Acção de Junho de 2002 "Simplificar e melhorar o ambiente regulador"[4], a Comissão propôs, em Fevereiro de 2003, um quadro de acção para "Actualizar e simplificar o acervo comunitário"[5], destinado a garantir um corpus de direito comunitário derivado claro, compreensível, actualizado e convivial em benefício dos cidadãos, dos operadores económicos e das administrações públicas. No início de 2005, a Comissão apresentará um relatório global sobre a aplicação do quadro de acção de 2003 tendo em vista a simplificação do acervo e enunciará as suas intenções quanto a futuros projectos de simplificação da legislação existente, actualizando o seu programa permanente de simplificação. Em Novembro de 2004, o Conselho aprovou uma lista de prioridades em matéria de simplificação elaborada com base nas sugestões apresentadas pelos Estados-Membros, tendo convidado a Comissão a adoptar as medidas mais adequadas[6]. A Comissão está empenhada em dar seguimento, até Março de 2005, às prioridades propostas pelo Conselho. Contudo, o presente Programa de Trabalho para 2005

---

1 COM(2002) 704.

2 Documento de Trabalho da Comissão *"Impact Assessment: Next Steps – In support of competitiveness and sustainable development"* - SEC(2004) 1377 de 21.10.2004.

3 COM(2002) 725 de 20.12.2002.

4 COM(2002) 278 de 6.6.2002.

5 COM(2003) 71 de 11.2.2003. O quadro de acção prevê seis linhas de acção: simplificação, consolidação, codificação, revogação, declaração de obsolescência e organização e apresentação do acervo.

6 A lista das propostas inclui as seguintes prioridades: produtos fitossanitários; contas anuais; 12ª Directiva sobre o direito das sociedades; óleos usados; Directiva sobre os resíduos; resíduos perigosos; incineração dos resíduos; rotulagem dos alimentos; normas internacionais e normas da UE em matéria de veículos a motor; produtos de construção; dispositivos médicos; recipientes sob pressão; saúde e segurança no local de trabalho; estatísticas sobre as empresas.

inclui já a reacção da Comissão a algumas das prioridades definidas pelo Conselho[7].

Em 2004, a execução do programa de codificação da Comissão registou atrasos devido aos problemas verificados a nível da sua tradução nos novos Estados-Membros. No entanto, este programa deverá conduzir a um aumento considerável do número de novas propostas legislativas de codificação no decurso de 2005.

No Anexo 3 figuram as propostas previstas com importantes implicações a nível de simplificação.

[7] De referir que a persecução dos objectivos de simplificação do Conselho nem sempre exigem iniciativas legislativas da Comissão.

ANEXO I PROPOSTAS A ADOPTAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO II PROPOSTAS QUE AGUARDAM ACÇÃO POR PARTE DAS AUTORIDADES LEGISLATIVAS

ANEXO III SIMPLIFICAÇÃO

ANNEX I

PROPOSALS TO BE ADOPTED UNDER THE WORK PROGRAMME

I PROSPERITY

Title	Description of scope and objectives	Type of proposal or act
Commission Communication on the future of State aid policy	Consultation document on the future State aid policy. The document will present reflexions for the future State aid policy and will ask for comments from all interested parties. In light of these comments, the Commission will modify the existing rules. These modifications will take place between 2005 and 2008.	Non-legislative action / Other
Proposition d'un règlement du conseil révoquant le Règlement 4056/86	Proposal to repeal the currently applicable provisions of Council Regulation 4056/86, applying the EC competition rules to the maritime transport sector	Legislative Proposal / Regulation
Livre vert sur les demandes de dommages et intérêts pour les violations du droit européen de concurrence (Articles 81 et 82 du Traité).	Private enforcement of the EU competition rules is lagging far behind public enforcement. The lack of a clear set of rules for claims of damages in the EU Member States has as a consequence that there is presently virtually no successful private litigation for damages resulting from infringements of the EU competition rules.	Non-legislative action / Green Paper

	The Green Paper will be used as the springboard for launching a general policy review and to consult stakeholders, a prerequisite to the launching of any formal proposal in this area. Any formal proposal would have as its main objective a higher level of compliance with the EU competition rules.	
Communication on the strengthening of economic governance	This communication will provide elements to strengthen the EU framework in order to 1) better combine discipline with economic growth considerations 2) focus more on the sustainability of the member State's public finances, 3) improve implementation.	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition de modification du règlement 1467/97 et/ou 1466/97 sur le Pacte de Stabilité et de Croissance	In its June 2004 Communication and its September 2004 Communication, the Commission considered several elements for strengthening the SGP: (i) placing more focus on debt and sustainability in the surveillance of budgetary positions; (ii) allowing for more country-specific circumstances in defining the medium-term objectives of "close to balance or in surplus"; (iii) considering economic circumstances and developments in the implementation of the Excessive Deficit Procedure; (iv) ensuring earlier actions to correct inadequate budgetary developments. The exercise of revisiting the SGP is meant to adjust the existing framework, strengthening and clarifying it following the adoption of a new Communication on the strengthening of economic governance (2005/ECFIN/21).	Legislative Proposal
Proposition de Règlement du Parlement européen et du Conseil établissant des procédures pour l'autorisation, la supervision et la vigilance concernant les produits d'ingénierie tissulaires humains.	The proposal will establish specific procedures and requirements for the authorisation, supervision and vigilance of human tissue engineered products. Objective is to ensure the free movement of these products, while guaranteeing a high level of safety for patients and medical practitioners	Legislative Proposal / Regulation
Innover pour la compétitivité de l'Europe' - plan d'action pour l'innovation	Suite à la Communication COM(2003)112 final sur la Politique de l'Innovation et aux conclusions du Conseil Compétitivité du 13 mai 2003, un plan d'action en faveur de l'innovation sera établi afin d'accroître la performance compétitive des entreprises européennes en s'appuyant sur des actions communautaires, nationales, locales ainsi que sur la mobilisation transnationale des acteurs privés.	Non-legislative action / Commission Communication
Modification de la directive sur les	The objective is mainly - as announced in the Commission's Communication on Medical Devices of	Legislative

instruments médicaux.	July 2, 2003 COM 2003/0386 - to ensure, through regulatory clarification, a better implementation of the current directives, particularly in the field of conformity assessment and clinical evaluation, to provide more legal certainty by creating a mechanism to take decisions on the qualification of products under the directive, and to provide, and increase transparency of device approval by Notified Bodies .	Proposal / Decision
Programme-cadre pour la Compétitivité et l'Innovation	The framework will include elements focussing on: improving the business environment and entrepreneurship; SMEs access to investment capital; ICT mastery and use; innovation including eco-innovation and the sustainable use of resources.	Legislative Proposal / Decision
Communication reporting on the public consultation on the scope of universal service	This Communication constitutes the Commission's Report to the European Parliament and the Council on its review of the scope of Universal service, required by Art 15(2) of the Universal Service Directive 2002/22/EC.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication on i2010 (European Information Society 2010)	The eEurope initiative has made a major contribution to advancing the information society in Europe. This initiative runs to the end of 2005, and there is a need now to plan follow-on activities. The form and content of a future eEurope initiative requires extensive discussion over the coming months in the context of the mid-term review of the Lisbon strategy and on the basis of consultations with a wide range of stakeholders. This Communication will reflect the results of these consultations.	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition de Directive sur les Services de Paiement dans le Marché Intérieur	Today the legal framework is fragmented and mostly based on national rules. This Legal Framework for Payments is necessary in order to complement the initiatives launched by industry (e.g. European Payment Council) on the payments infrastructures. It will guarantee an adequate level of customer protection, and ensure legal certainty for all parties. It will provide a passport to payment institutions. It is part of the simplification exercise since it will repeal previous EU texts (Directive 97/5/EC and Recommendation 97/489/EC) and harmonise in a codified way core pieces of legislation on payments in the Internal Market.	Legislative Proposal / Directive

Proposition de directive du Parlement européen et du Conseil modifiant les directives 89/665/CEE et 92/13/CEE portant coordination des dispositions législatives, réglementaires et administratives relatives à l'application des procédures de recours en matière de passation des marchés publics	L'objectif est d'encourager davantage les entreprises communautaires à soumissionner dans n'importe quel Etat membre de l'Union, en leur donnant la certitude qu'elles pourront, si nécessaire, engager des recours efficaces dans le cas où leurs intérêts auraient été lésés lors de procédures de passation de marchés de travaux, de fournitures ou de services.	Legislative Proposal / Directive
Livre Vert sur les obstacles à l'intégration du marché du Crédit Hypothécaire dans l'Union Européenne.	The Green Paper will examine the obstacles to integration and propose policy solutions. It will be of a consultative nature.	Non-legislative action / Green Paper
Proposition de Décision du Conseil instituant un panel en charge des recours contre de décisions de l'OHMI auprès du Tribunal de Première Instance	According to Article 225A of the Treaty, judicial panels may be created to hear and determine at first instance certain classes of action or proceeding brought in specific areas. The appeals lodged against decisions of the Boards of Appeal of the Office for Harmonization in the Internal Market (Trade Marks and Designs) represent almost 30% of the cases to be dealt with by the Court of First Instance. The consequence of this is the congestion of the Court of First Instance, which entails that proceedings are slowed down.	Legislative Proposal / Decision
Proposition de directive concernant la gestion collective des droits d'auteur et droits voisins dans le marché intérieur	The proposal will focus on the management of collecting societies in order to set up a level playing field which will enhance the trust into collecting societies from rightholders and commercial users. Rightholders should therefore see their rights protected in a better way and commercial users should be granted licenses on a more transparent basis, within the Internal Market. The purpose is not to harmonise all the rules governing collecting societies but to impose obligations necessary to the smooth functioning of the Internal Market without prejudging the legal mechanisms to be used by Member States in order to implement them. A Directive seems the most appropriate way to reach that target.	Legislative Proposal / Directive

Livre Vert sur l'Intégration des Services Financiers: Horizon 2005-2010	Following the finalisation of the Financial Services Action Plan 2000-2005 (FSAP), this Green Paper will open a wide-ranging public consultation on the future strategy and policy direction in the area of financial services in order to continuously ensure the benefits of an integrated capital market in the EU. This will be followed up by a Communication later in the year.	Non-legislative action/Green Paper
Communication de la Commission sur les résultats de la consultation lancée par le Livre Vert sur les Marchés Publics de la défense	The Green paper on defence procurement of September 2004 [COM (2004)608] consulted stakeholders on the need to take a Community initiative in order to improve cross-border competition in certain types of defence procurement. The Commission shall communicate to the Council, to the EP and to stakeholders the outcome of this consultation, and publicly announce the concrete action(s) that it intends to take as a follow-up (if any).	Non-legislative action / Commission Communication

Proposition de directive concernant l'exercice de droit de vote des actionnaires dans les entreprises cotées	Creation of an integrated legal framework to facilitate efficient shareholder communication and decision-making (participation to meetings, exercise of voting rights, cross-border voting)	Legislative Proposal / Directive
CE: Proposition de Décision du Parlement européen et du Conseil relative au septième Programme-cadre pluriannuel de la Communauté européenne pour la recherche, le développement technologique et les activités de démonstration, visant à contribuer à la création de l'Espace Européen de la Recherche (2007-2013) Euratom: Proposition de Décision du Conseil relative au septième Programme-cadre pluriannuel de la Communauté européenne de l'énergie atomique (EURATOM) pour des activités de	These proposals concern the EU Framework Programmes for research funding for the period 2007-2013. The research programmes will be designed and intended to reinforce the momentum towards the realisation of a knowledge-based society, building on the European Research Area. The proposals, containing the main orientations will be further detailed in a set of proposals for specific programmes and rules for participation. The overall aim is to maintain and reinforce momentum in creating an effective knowledge-based economy	Legislative Proposal / Decision

recherche etc		
Communication de la Commission au Parlement européen et au Conseil: mieux légiférer pour la compétitivité	The document will take stock of the progress already accomplished in the Better Regulation area, set targets that need to be followed both at the Community and Member States levels to enhance regulatory management practices and launch a series of new actions that will contribute to further established the leadership role of the Commission in pursuing the Community's Better Regulation strategy.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication/Recommendation de la Commission concernant l'application expérimentale de la "taxation au pays de résidence" pour les petites et moyennes entreprises dans l'Union européenne	The concept of "Home State Taxation" provides in simple terms that the profits of a group of companies active in more than one Member State should be computed according to the rules of one company tax system only, the system of the Home State of the parent company of the group. Each participating Member State would continue, however, to tax at its own corporate tax rate its share of the profits of the group's business activities in that State. This approach addresses precisely the tax issues which hamper SMEs most in their cross-border activities: disproportionately high tax compliance costs resulting from the administrative tax formalities, bookkeeping requirements etc.; current difficulties with the cross-border offsetting of losses.	Non-legislative action / Commission Communication

Communication on the new generation of tax and customs programmes	The programmes Fiscalis 2003-2007 and Customs 2007 expire at the end of 2007, while EMCS will expire at the end of 2008. New programmes are going to be proposed to improve security, increase the fight against fraud through financing informatics networks to exchange information between tax and customs authorities. The new programmes will extend the existing programmes to the new financial perspectives period, and will also cover security at the external frontier.	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition de règlement du Parlement européen et du Conseil modifiant le règlement (CEE) n° 2913/92 du Conseil établissant le code des douanes communautaire	Simplification des procédures douanières dans un environnement informatisé. L'objectif est de revoir les procédures douanières en vue de leur simplification radicale au moyen d'outils modernes y compris l'outil informatique.	Legislative Proposal / Regulation
Council Directive to restructure the tax bases of the annual circulation and registration taxes in order to make passenger car taxation more CO2 efficient and more consistent with the internal market and introduce a registration tax refund scheme	Ensure the smooth functioning of the Internal Market and avoid double payment of Registration Tax.	Legislative Proposal / Directive
Communication au Parlement européen et au Conseil sur un cadre commun de tarification des infrastructures des transports avec propositions relatives aux charges aéroportuaires et pour l'usage des ports maritimes	Document stratégique relative à la tarification des infrastructures et aux conditions de prise en compte des coûts réellement occasionnés par l'usage des infrastructures. Basée sur la connaissance accumulée aux niveaux européen et nationaux, ce document répond au souci d'une tarification plus juste, plus efficace, permettant de contribuer à une compétition plus équilibrée entre les modes ainsi qu'au financement des dépenses d'infrastructures. La Communication inclura les dispositions modales correspondant aux initiatives rendues nécessaires à court terme. Les études d'impact seront à prévoir seulement pour les textes législatifs qui accompagneront la communication de la Commission.	Non-legislative action / Other

Proposition concernant la structure de gestion du projet industriel SESAME (entreprise commune) pour la réalisation technique du Ciel unique.	The Single European Sky legislation seeks to consolidate air traffic service provision to be more efficient at the European level and to accelerate the development and implementation of the future European ATM system. The programme (SESAME – Single European Sky Implementation Programme) to develop the future system will require significant involvement at the European level and is currently estimated in the region of 200M□/year from 2007 to 2017 and subsequent implementation investments could amount to 5bn□. A programme of such magnitude, needing to be driven at the European level, requires a robust and effective governance structure, able to mobilise and direct the necessary resources in an efficient and transparent way. The initiative seeks to make proposals to put in place the necessary governance structures to ensure that the SESAME (Single Sky implementation programme) can be properly funded and managed.	Legislative Proposal / Directive

Bilan global à mi-parcours de la mise en oeuvre des mesures préconisées dans le Livre blanc "La politique européenne des transports à l'horizon 2010: l'heure des choix"	The Commission's White Paper established a mid-term review in 2005 to check whether its objectives and precise targets were being attained or whether adjustment need making. As the original instrument used was a Communication from the Commission, the mid-term review has to be same kind of instrument.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication de la Commission relative à l'application des articles 87 et 88 due Traité CE sur les aides d'état dans le domaine ferroviaire	L'objectif poursuivi par cette communication (lignes directrices) est d'établir un cadre pour le financement étatique du secteur ferroviaire fournissant aux Etats membres et aux tiers les clarifications et la transparence nécessaires afin de faciliter l'application correcte des règles relatives aux aides d'Etat dans un environnement concurrentiel cohérent à l'échelon européen et en conformité avec le droit communautaire.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication au Parlement Européen et au Conseil sur la mise en place d'un marché intérieur de l'électricité et du gaz naturel et le besoin (eventuel) d'un paquet de mesures pour améliorer son fonctionnement.	Providing a detailed analysis of the current situation with respect to the functioning of the electricity and gas market, identifying improvements and persisting obstacles, assessing the need for further measures.	Non-legislative action / Commission Communication

II SOLIDARITY

Title	Description of scope and objectives	Type of proposal or act

-Règlement du Conseil portant organisation commune des marchés dans le secteur sucre. -Règlement du Conseil (CE) modifiant le règlement (CE) n° 1782/2003 du Conseil du 29 septembre 2003 établissant des règles communes pour les régimes de soutien direct dans le cadre de la politique agricole	The aim of the reform of the sugar CMO is to accomplish a sustainable agricultural model in the sugar sector in line with the principles and objectives of CAP reform (improved competitiveness, greater market orientation and sustainable market balance) through a combination of the elements of price and quota reduction and restructuring instruments as well as by integrating the compensation for income losses due to price cuts into the single farm payment.	Legislative Proposal / Regulation
Décision du Conseil sur les orientations stratégiques de la Communauté pour le développement rural pour la période de programmation 2007-2013	The strategy document will set the EU priorities in the main policy fields of competitiveness of agriculture and forestry, land management, environment, quality of life and economic diversification in rural areas.	Legislative Proposal / Decision
Règlement du Conseil modifiant le règlement 404/93 portant sur l'organisation commune des marchés dans le secteur de la banane	Adaptation of the Common Market Organisation for bananas, Council Regulation nº 404/93, taking into account accession and in view of the "tariff only" system to enter into force by January 2006 at the latest. The Council regulation will be followed by a Commission regulation for application.	Legislative Proposal / Regulation
Communication de la Commission sur les politiques à l'égard de la jeunesse	Youth policy needs to be developed in an integrated and holistic direction, encompassing each young person's life from school to active citizenship and working life, and enabling all young people to have access to the full range of tools and facilities with which to make a success of their lives. It would bring together in a coherent whole the main policy initiatives (social, education, citizenship, mobility, health, immigration, entrepreneurship...), rebalancing policies giving greater priority to issues affecting youth, addressing the cross-cutting issues, and grounded in an approach based on knowledge-based policymaking. One proposed approach on these lines would be a European Pact for Youth.	Non-legislative action / Commission Communication

Proposition de décision du Parlement européen et du Conseil établissant l'Année européenne du Dialogue interculturel 2008	The Year will seek to raise the visibility and importance of intercultural dialogue as a useful tool for addressing both internal and external challenges. More specifically, the Year will focus on raising awareness of the European citizens on the importance of intercultural dialogue, identifying and disseminating best practices in the field of intercultural dialogue, strengthening co-operation, reflection and dialogue between the actors (at all levels) of intercultural dialogue and contributing to the European Neighbourhood policy.	Legislative Proposal / Decision
Proposition de décision du Conseil établissant un programme d'action communautaire pour la promotion de la citoyenneté active	Cette proposition introduit un nouveau programme d'action pour faciliter la participation active des citoyens au devenir de l'Europe. Elle prend le relais d'un acte de base légale dont l'objectif est de fonder, jusqu'en 2006, l'octroi de subventions pour la promotion de la citoyenneté européenne. Concrètement, le programme accordera un soutien tant à des initiatives connues comme l'organisation de jumelages de villes, qu'à des actions nouvelles comme le développement de projets de recherche-action, de panels des citoyens et de mise en réseau entre associations, instituts, fondations, communautés locales et villes ou encore à de grands évènements qui accorderaient une visibilité accrue à la citoyenneté européenne active et au dialogue interculturel.	Legislative Proposal / Decision
Proposition pour une décision du Conseil établissant une Année européenne de la mobilité des travailleurs 2006 – Vers un marché européen du travail	The decision will designate 2006 as the European Year of Mobility for workers as a means of promoting geographical mobility within and between Member States as a contribution to improving the efficiency of European labour markets, economic performance, the professional prospects of workers and the quality of living and working conditions.	Legislative Proposal / Decision
Livre vert sur la gestion de l'évolution démographique dans l'Union européenne	The objective of this Green Paper will be, on the one hand, to identify the consequences of the ageing of the EU population on employment, social protection, migration. It will, on the other hand look for mechanisms aimed at ensuring intergenerational solidarity necessary to guarantee EU internal social cohesion. The Green Paper will launch a broad debate and will allow to gather information and opinions from national and EU institutions as well as from the civil society (involved NGO for example).	Non-legislative action / Green Paper

Communication établissant un nouvel Agenda Social (2006-2010)	A programming document outlining key initiatives to be deployed over next 5 years to work towards meeting employment and social goals in the context of the Lisbon Strategy.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication sur les restructurations et l'emploi	La Commission présentera au cours du premier semestre 2005 une Communication couvrant d'une façon cohérente les différents aspects et les politiques communautaires susceptibles de contribuer à une gestion plus positive et plus anticipative des restructurations. This Communication will also include the second stage consultation of social partners on corporate restructuring and European works councils. As a result of the first consultations held in 2002 regarding corporate restructuring and in 2004 regarding European works councils, the social partners have worked on case studies in order to identify best practices and guidelines. Taking into account these results, the objective of the Commission's initiative is to stimulate social dialogue and propose ways in order to provide the best conditions for anticipation and managing change, in particular through effective transnational information and consultation of employees.	Non-legislative action / Commission Communication
Intégration des personnes exclues du marché de l'emploi - 2ème phase de consultation aux partenaires sociaux	Fin 2004, une première communication aura lancé la première phase des consultations des partenaires sociaux et autres acteurs institutionnels et de la société civile portant sur des orientations pour les actions possibles de l'Union. Les propositions de cette deuxième étape de la procédure de consultation prendront en compte les résultats de cette première consultation.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication sur "la lutte contre la discrimination – approche politique"	As a follow-up to the 2004 Green Paper public consultation document on "Equality and non-discrimination in an enlarged European Union", the new Commission will present its policy approach in the field of non-discrimination for the coming years.	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition de règlement du Parlement européen et du Conseil relatif aux mesures à prendre contre la pollution de	To lay down the technical requirements for the approval and free circulation of vehicles in the internal market; to set emission limits for light duty vehicles (“EURO V”); to define technical	Legislative Proposal / Regulation

l'air par les émissions des véhicules à moteur et abrogeant la directive 70/220/CEE (y compris l'introduction d'exigences d'émissions EURO V)	requirements concerning hybrid vehicles and regenerating filters.	
Stratégie thématique relative à la pollution de l'air	The Thematic Strategy on Air Pollution will outline the environmental objectives for air quality and measures to be taken to achieve the meet these objectives. The Thematic Strategy will be based on a long-term, strategic and integrated policy advice to protect against significant negative effects of air pollution on human health and the environment. In respect of the simplification of existing legislation, one of the measures that is envisaged for inclusion in the strategy is the recasting/merging of the air quality framework directive (96/62/EC) and the first three daughter directives (1999/30/EC, 2000/69/EC, 2002/3/EC) and possible the Decision on the exchange of air quality monitoring data (97/101/EC).	Legislative Proposal / Directive
Stratégie thématique pour la prévention et le recyclage des déchets	This Communication follows the consultation paper COM(2003)301 "Towards a thematic strategy on the prevention and recycling of waste". It will identify means to further develop waste management policy and will focus on the means to promote more sustainable waste management, by minimising the environmental impacts of waste while also taking into account economic and social considerations. A legislative proposal amending waste framework legislation on substantive aspects will be part of the Strategy package. This will also be an opportunity to simplify this legislation by amending redundant and obsolete provisions.	Non-legislative action / Commission Communication
Stratégie thématique pour l'utilisation durable des ressources naturelles	Following on from the Communication (COM 2003 572) Towards a thematic strategy on the sustainable use of natural resources, the Strategy will set out the Community policy on the use of natural resources through the development of a framework and measures that allow resources to be used in a sustainable way without further harming the environment, whilst achieving the objectives of the Lisbon strategy. Reduction of environmental impacts taking into account a life cycle approach is among the strategic goals. Both institutions and stakeholders have given input to the development of the strategy.	Non-legislative action / Commission Communication

Stratégie thématique pour la conservation et la protection du milieu marin	The strategy will be designed to achieve a good biological, chemical and physical status in the marine environment. Rather than develop policies for the different uses and users of the marine environment- fishing sector, shipping, oil and gas etc, the strategy will look at a number of policy areas from the marine environment perspective to ensure that the different policies and legislative measures deliver high levels of environmental protection. Communication + possible Framework Directive	Legislative Proposal / Directive
Communication visant à maîtriser l'impact du transport aérien sur le changement climatique	The Communication will suggest an approach and set out options for economic instruments to reduce the climate change impact of aviation.	Non-legislative action / Commission Communication
Stratégie Thématique concernant l'Utilisation Durable des Pesticides	The Strategy will propose a number of measures and initiatives with the objective of a reduction of the impacts of pesticides on human health and the environment in order to achieve a more sustainable use of pesticides as well as a significant overall reduction in risks and of the use of pesticides consistent with the necessary crop protection. Communication with proposal for Framework Directive (Communication - option consultation ESC/CoR; Framework mandatory)	Legislative Proposal / Directive

Communication – Mettre un terme a l'appauvrissement de la biodiversité d'ici 2010	The Communication will lay down a road map on priority objectives and actions to meet the EU and global objectives, set by heads of state and government, relating to halting (EU) and significantly reducing (global) the decline of biodiversity by 2010. The European Council 2003 and 2004 has called for accelerated action in this regard. ENV Council (28 June 2004) called for a report to Council and Parliament as early as possible in 2004, taking account of the ongoing biodiversity policy review process and in particular the 'Message from Malahide' (which comprises stakeholder consensus on objectives and targets towards achieving the overall 2010 objective).	Non-legislative action / Commission Communication
Stratégie thématique pour les sols	The Soil Strategy will address the issue of how to protect and improve the quality of European soils and how to use them in a sustainable manner. Building on the analysis of the causes identified in COM(2002)179, it will present a cost-effective approach for soil protection in the short, medium and long term. It will include the most suitable combinations of measures at the most appropriate level of intervention. The Directive (framework) will address the various soil issues described in the Communication COM(2002) 179. Justification for rescheduling: Given that the strategy covers new area of policy development it was thought more appropriate to submit to the new Commission for decision. Impact assessment ongoing but was not completed in time for adoption in 2004.	Legislative Proposal / Directive
Stratégie thématique pour l'environnement urbain	The Thematic Strategy seeks to improve the environmental performance of Europe's towns and cities, and secure a healthy living environment for Europe's urban citizens. It will do this by seeking to provide a coordinated and coherent policy framework with mechanisms and solutions for addressing the environmental problems in Europe's urban areas. It will focus on 4 priority areas – environmental management in urban areas, sustainable urban transport, sustainable construction and sustainable urban design.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication sur les stratégies de changement climatiques	Reply to the Spring European Council 25/26 March 2004 who invited the Commission to come up with an analysis of benefits and costs of mid and long-term climate strategies, incl. targets as input for his consideration in Spring 2005.	Non-legislative action / Commission Communication

	Justification rescheduling: Communication originally foreseen for 2004 but was rescheduled to allow time for circumstances to change to facilitate entry into force of Kyoto Protocol.	
Proposition de règlement du Conseil portant sur le financement Communautaire pour la mise en oeuvre de la Politique Commune de la Pêche	DG FISH proposal for a Council Regulation on Community support measures for the implementation of the CFP will be the second fisheries-specific proposal in the context of the financial perspectives 2007-2013 following the adoption by the Commission in July 2004 of the proposal on the future European Fisheries Fund (See COM(2004)497). The proposal will cover the following domains: external policy actions, scientific advice, data collection, governance, contribution to Member States' control expenditure. The proposal will make a significant contribution to simplification, since it will re-group into one single instrument different legal instruments that now deal with some of the domains that will be covered (such as data collection, governance, contribution to Member States' control expenditure).	Legislative Proposal / Regulation
Communication on eAccessibility	This communication addresses the barriers created by the applications of technology, in particular for elderly people and people with disabilities. It will outline European policies and actions to promote accessibility, focusing on public procurement, certification and legislation.	Non-legislative action / Commission Communication
Directive du Parlement et du Conseil modifiant la directive 89/552/CEE du Conseil et la directive 97/36/CE du Parlement européen et du Conseil (TV sans frontières)	Establish a level playing field for all services providing audiovisual content by electronic means in a technologically neutral way.	Legislative Proposal / Directive
Stratégie de la Communication	This document will aim at: - providing a tool for improved coordination of Communication strategies of the main EU institutional players. - objective: contribute to a better image and communication of the EU toward the EU citizen.	Non-legislative action / Commission Communication

Communication de la Commission pour un Instrument de Solidarité et de Réaction Rapide, pouvant aboutir (selon les résultats de la Task-Force présidé par la DG. REGIO et selon les décisions qui seront prises par le collège) à une Proposition pour une/un Décision/Règlement du Conseil sur un Instrument de Solidarité et de Réaction Rapide	Extract from COM(2004)487 final, heading 3: citizenship: "Action at European level will also make possible a common approach to emergency situations. A solidarity and rapid reaction instrument will provide citizens with a European response in the event of major disasters. The scope of the foreseen instrument will include both immediate response (co-ordination and deployment of resources to combat a disaster as the event unfolds) and financial assistance to cope with emergency situations in the aftermath of an unforeseen crisis. It could also address the need to cover preparedness measures. The instrument will provide funding to give support to victims of terrorism; address civil protection requirements; and react to public health crises, as well as the effects of other natural disasters."	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition pour un règlement du Conseil instituant l'Instrument européen de Solidarité et de Réaction Rapide	Extract from COM (2004)487 final, heading 3: citizenship: "Action at European level will also make possible a common approach to emergency situations. A solidarity and rapid reaction instrument will provide citizens with a European response in the event of major disasters. The scope of the foreseen instrument will include both immediate response (co-ordination and deployment of resources to combat a disaster as the event unfolds) and financial assistance to cope with emergency situations in the aftermath of an unforeseen crisis. It could also address the need to cover preparedness measures. The instrument will provide funding to give support to victims of terrorism; address civil protection requirements; and react to public health crises, as well as the effects of other natural disasters."	Legislative Proposal / Regulation
Proposition de décision du Conseil portant Orientations stratégiques de la Communauté sur la Cohésion	Définition des priorités de la Communauté en matière de cohésion économique, sociale et territoriale.	Legislative Proposal / Decision
Green Paper on a European Energy Efficiency Initiative	The Green Paper on energy efficiency will set forth policy options and possible measures to be carried out in the next five years and their expected results. It will identify market barriers which prevent capturing the existing 20% cost-effective savings potential. Delivering this savings will contribute significantly to meeting our Kyoto commitment, as well as to improving security of supply, competitiveness and employment in the EU. The Green paper will also explain what we have done until now and where we are as regards energy efficiency. It will cover the areas of heat,	Non-legislative action / Green Paper

	electricity and transport and all the end-use sectors.	
Communication concernant un plan d'action pour la Biomass	To increase the contribution of the biomass sector to the EU-25 renewable energy objective of 12% by 2010 in the gross domestic energy consumption and future objectives for 2020.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication au PE et le Conseil sur les énergies renouvelables	Rapport complet sur la directive 2001/77, art.4 basé sur l'obligation de la Commission de bien documenté sur le régime de soutien des énergies renouvelables	Non-legislative action / Commission Communication

III SECURITY

Title	Description of scope and objectives	Type of proposal or act
Programme cadre Droits fondamentaux et la Justice	To support the development and implementation of judicial cooperation in civil and criminal matters aiming at creating a true area of justice, provide financial support to accompany the inclusion of the charter of fundamental rights in the Constitution, including promotion of the charter, support for democratic participation and for the fight against violence and the fight against drugs as well as the fight against racism and anti-semitism.	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)
Programme cadre Sécurité et garantie des libertés	To ensure an effective operational cooperation in the fight against terrorism, including its consequences, organised crime and general crime, to support the provision of intelligence on a European scale and to strengthen the prevention of crime and terrorism, in order to promote secure societies based on the rule of law.	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)

Programme cadre Solidarité et gestion des mouvements migratoires	To support the principle of solidarity in managing people flows by ensuring a fair share of responsibilities between Member States as concerns the financial burden arising from the introduction of an integrated management of the Union's external borders and from the implementation of common policies on asylum and immigration.	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)

Communication de la Commission au Conseil et au Parlement Européen concernant le Plan d'action de lutte contre la drogue (2005-2008)	The Action Plan should have as a general aim to address the drugs problem in the EU. It should provide a guide to all actors in setting priorities in the drugs policies area and ensure that they are implemented.	Non-legislative action / Other
Proposition de directive du Conseil relatives à des normes minimales en matière de procédures de retour et de reconnaissance mutuelle de procédures d'expulsion	Proposal to promote the establishment of common standards relating to all phases of return. Basic requirements for the ending of legal and illegal residence in particular with regard to expulsion; minimum standards for detention and removal.	Legislative Proposal / Directive
Livre Vert sur les successions et testaments	The objective is to launch a wide consultation of interested subjects on legal and practical issues arising in international situations in the area of successions and wills.	Non-legislative action / Green Paper
Livre vert sur le droit applicable aux divorces	There are currently no Community rules in the field of applicable law to divorces; this, put together with the current jurisdiction rules of the "Brussels II" Regulation, lead to unsatisfactory situations. The Green Paper launches a wide-range consultation on the problems that may arise in this field and proposes possible remedies.	Non-legislative action / Green Paper
Fundamental Rights Agency	To enlarge the mandate of the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia in order to create an agency with a mandate covering the fundamental rights. Its main task will certainly be to collect and to treat data with a view of helping its stakeholders (namely the EU institutions and the MS). The Agency will be created by a Regulation proposed by the commission.	Legislative Proposal / Regulation

The Hague Programme "Strengthening Freedom, Security and Justice in the European Union": an Action Plan	The European Council of 4-5 November 2004 endorsed in its Conclusions the "Hague Programme: strengthening freedom, security and justice". This Programme sets the priorities in this policy area for the next five years. In the light of this Programme, the European Council invited the Commission to present an Action Plan in 2005 with proposals for concrete actions and a timetable for their adoption and implementation.	Non-legislative action / Other
Proposition de décision relative à la création d'un système informatisé d'échange d'information sur les condamnations pénales	La décision aura pour objectif de créer les bases nécessaires à la mise en place d'un mécanisme européen informatisé permettant d'échanger les informations contenues dans les registres nationaux.	Legislative Proposal / Decision (CFSP/JHA)
Council decision creating a European Law Enforcement Network in the fight against terrorism (LEN)	Pursuant to the Communication of the European Commission on Preparedness and the Consequence Management in the Fight against Terrorism the Commission proposes additional measures to strengthen the existing instruments on civil protection and consequence management. Terrorist attack responses require that the protection of public health and safety must also include traditional law enforcement besides the present civil protection systems. Law enforcement authorities in Member States should therefore have access to alerts produced by the different European alert systems managed by the Commission and should also be able to input relevant information thereto. The intention of the Commission is therefore to establish a law enforcement alert mechanism (the Law Enforcement Network, LEN) to be hosted by Europol and connected with other European rapid alert and rapid response systems managed by the Commission (notably ARGUS) whilst respecting national competences. Participation of Europol will take place within the limits of the Europol Convention.	Legislative Proposal / Decision
Communication de la Commission sur les obligations alimentaires dans le but d'améliorer l'exécution	The proposals intend to facilitate the recovery of maintenance obligations within the European Union. First of all, it is a matter of allowing a maintenance decision given in a Member State to be recognised and enforceable in any other Member State without any further procedure being	Legislative Proposal / Regulation

effective des décisions en matière alimentaire	required (abolition of exequatur) and improving cooperation between national authorities. Secondly, it is a matter of simplifying access of citizens to enforcement procedures of maintenance decisions in any Member State by establishing minimum common standards.	
Commission proposal for a Council Framework Decision on mutual recognition of non-custodial pre-trial supervision measures	To enable Member States to mutually recognise alternative measures to pre-trial detention with a view to reinforce the right to liberty and the principle of innocence in a common area of freedom, security and justice	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)
Proposal for a council framework decision on information exchange under the principle of availability	The Framework Decision shall lay down common standards for the processing and protection of personal data in the course of activities under Title VI TEU.	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)
Proposal for a Council framework decision on adequate standards for the transfer of personal data for the purpose of police and judicial co-operation in criminal matters	Personal data cannot be shared with the USA or any other third country unless there is an agreement in place. The agreement must ensure that the transmission of personal data to the entities and to the authorities of third States which are not subject to the Council of Europe Convention of 28.1.1981 may be effected only when an adequate level of data protection is ensured. The proposed decision would define exactly what is meant by "an adequate level of data protection".	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)

Livre vert sur l'établissement d'un Centre européen sur les migrations	In 2002 a new budgetary line was inserted in the budget of the European Communities for a pilot/preparatory action to establish a European Migration Monitoring Centre. This action will be drawing to a close in 2005. The Green Paper will set out the European Commission's analysis of the progress made so far in establishing a European Migration Network (EMN) and will seek views on the best way forward including options for the form and structure.	Non-legislative action / Green Paper
Communication portant sur un programme d'action relatif à l'immigration légale	To list a series of proposals and measures to be put forward in the area of legal migration, as a follow up to the "Study on the links between legal and illegal migration" (COM(2004)412) and of the Green Paper on economic migration (to be published end 2004). Such measures could include : the revision of the 2001 proposal for a directive on the admission of economic migrants (COM(2001)386); proposals on a common approach to the issue of regularisations, and on the pooling of information on the legal migration channels for third country nationals; the establishment of recruitment and training centres (including cultural and language training)in the countries of origin for skills which are needed at EU level	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition de directive du Parlement européen et du Conseil relative aux mesures pénales visant à assurer le respect des droits de propriété intellectuelle	Legislative initiative aiming at ensuring that in Member State all serious infringements of an intellectual property right, as well as attempts at, participation in and instigation of such infringements, are treated as a criminal offence.	Legislative Proposal / Directive
Proposition d'une Décision-cadre sur la lute contre la contrefaçon	L'objectif poursuivi est de rapprocher les législations pénales des Etats membres et d'améliorer la coopération judiciaire pour lutter plus efficacement contre la contrefaçon, en particulier lorsque celle-ci est liée à la criminalité organisée. La décision cadre a notamment pour objet d'harmoniser les seuils minimaux des sanctions pénales	Legislative Proposal / Framework decision (JHA)

Communication sur un nouveau programme sur la santé et politique des consommateurs et proposition pour une décision du Parlement européen et du Conseil	1. Financial Perspectives 2007-2013 (Commission Communication 2004 – 487, heading 3 "citizenship"): health and consumer policy programme to replace the existing instruments in this area. 2. Current consumer policy strategy runs out at the end of 2006, financial instrument expires 2007, combined instrument is to be launched by then. 3. Current Public Health Programme expires at the end of 2008. New political approach for consumer policy and health, streamlining of instruments. This is consistent with the new Commission Health strategy, which will take the form of a Commission Communication. If not done, this will leave consumer and public health policies without political and financial programme in the medium term.	Legislative Proposal / Decision
Proposition de directive du Conseil relative à des mesures communautaires de lutte contre la grippe aviaire	To update Community measures for the control of avian influenza to the current scientific knowledge. To improve the control of this very important disease in the Community. Current legislation (Council Directive 92/40/EC) is obsolete and must be replaced by a new Directive, which takes into account the most updated scientific knowledge on disease control.	Legislative Proposal / Directive
Communication et proposition de directive concernant la protection des poulets d'élevage	Establishing minimum standards for the protection on farm of all chickens kept for the production of meat in the EU	Legislative Proposal / Directive
Directive du Conseil sur les conditions de santé animale pour la mise sur le marché, l'importation et le transit des animaux d'aquaculture et de leurs produits, ainsi que sur les mesures minimales pour la prévention et le contrôle de certaines maladies	The EU rules for placing on the market of aquaculture animals and minimum Community measures for control of certain fish and mollusc diseases are laid down in Council Directives 91/67/EEC, 93/53/EEC and 95/70/EC respectively. These were drafted mainly to take into account the European aquaculture industry for salmonids and oysters. Since adoption, the aquaculture industry has developed significantly. New fish species, especially marine, are used, and enlargement has brought new farming practices and more new fish species. The importance of farming mussels, clams and abalones is continuously increasing. Commission Communication (2002)511 final on a strategy for the sustainable development of European Aquaculture: "There is a continuous need for the Commission to regularly review,	Legislative Proposal / Directive

	update and simplify the animal health Community legislation for aquatic animals and products with regard to ever changing developments, particularly in the diversity of aquaculture production and in international practical experience and scientific knowledge”.	
Communication de la Commission concernant un Programme européen sur la Nutrition et la Santé (Livre vert)	Tackling the rise of obesity particularly among young people.	Non-legislative action / Green Paper
Livre blanc sur "Une meilleure formation pour des denrées alimentaires plus sures"	The heart of the problem is a lack of a harmonised approach to the design and developments of national control systems. The WP on Food Safety placed particular emphasis on this and clearly indicates the need to address the issues with appropriate actions to achieve a high standard of consumer protection across the EU. The EP and the Council, on 29 April 2004, adopted Regulation No 882/2004 on official control which identifies training as a key issue. Article 51 of the Regulation empowers the Commission to develop training programmes for staff of competent authorities of the Member States, which may be open to participants of third countries, in particular developing countries. This action will develop a White Paper on a Community training strategy in the area covered by Regulation 882/2004.	Non-legislative action / White Paper
Proposition d'amendement de la Directive 91/414/CEE relative au classement sur le marché des produits de protection des plantes	Adaptation to technical progress and re-organisation of regulatory provisions concerning the placing of plant protection products on the market. Commitment of the Commission in its progress report to Council and European Parliament (COM 444(2001)final.	Legislative Proposal / Directive
Proposition de la Commission pour un règlement établissant un paquet de mesures sur les agents alimentaires "améliorants"	•To recast and simplify the existing food additives legislation and update the evaluation and authorisation procedures (EFSA, comitology) • To harmonise the area of food enzymes through the new proposed Community rules • To modernise and adapt the existing legislation on flavourings to technological and scientific developments and to establish clear evaluation and authorisation procedures (EFSA, comitology).	Legislative Proposal / Regulation

Règlement du Conseil modifiant et mettant à jour le règlement CE N° 1334/2000 instituant un régime communautaire de contrôles des exportations de biens et technologies à double usage.	Council Regulation (EC) No 1334/2000 should be amended in order to take account of the review of the operation of the Regulation and of its implementation by Member States, and to take account of UN Security Council Resolution 1540 of 2005.	Legislative Proposal / Regulation
3ième paquet pour la sécurité maritime (8 propositions législatives)	Les éléments du paquet sont les suivants : (1) - une proposition de règlement sur la responsabilité des Etats du pavillon, (2) - une proposition législative sur le contrôle par l'Etat du port, (3) - la modification de la directive sur le suivi du trafic, (4) - une proposition législative sur les enquêtes après accidents, (5) - la responsabilité et l'indemnisation des dommages aux passagers (6) la responsabilité et l'indemnisation des dommages de pollution et (7) réforme des sociétés de classification (8) l'extension des compétences de l'Agence européenne de sécurité maritime (4ième trimestre)	Legislative Proposal / Regulation
Communication au Parlement européen et au Conseil et proposition de règlement relatif à l'extension des compétences de l'Agence européenne de la sécurité aérienne	Ce paquet comprend une Communication et une proposition de règlement. La Communication présentera les étapes d'extension des tâches de l'Agence de sécurité aérienne d'ici 2010 pour couvrir l'ensemble du champ de la sécurité aérienne (opérations aériennes et licences des équipages de conduite, gestion du trafic aérien, aéroports). La Communication sera accompagnée par une proposition de règlement qui concerne la première étape de cette extension (opérations aériennes et licences des équipages de conduite). Voir aussi 2004/TREN/010 pour la proposition législative	Non-legislative action / Commission Communication
Communication au Parlement européen et au Conseil sur la transparence et le fonctionnement du marché européen des hydrocarbures	Déterminer les moyens par lesquels l'UE peut viser à assurer une plus grande stabilité des prix pétroliers. Evaluer les éventuelles réformes nécessaires du système européen de stocks de sécurité.	Non-legislative action / Commission Communication

Communication sur la mise en oeuvre du Livre Vert en matière de sécurité d'approvisionnement énergétique	Dans les quatre années qui ont suivi l'adoption du Livre Vert "Vers une stratégie européenne de sécurité d'approvisionnement énergétique"(COM(2000)769 final du 29.11.2000) la Commission a fait la proposition de la presque totalité des initiatives qui y étaient identifiées. L'élargissement, l'entrée en vigueur du protocole de Kyoto, le renforcement des relations avec les pays producteurs, notamment avec la Russie, la conjoncture du marché internationale et la situation économique mondiale rendent nécessaire une réévaluation de la sécurité d'approvisionnement énergétique de l'Union européenne.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication concernant la sûreté dans les différents modes de transport, y compris la question du financement.	Les transports constituent une cible potentielle pour des attentats terroristes. Les attentats de New York et Washington en 2001, contre le pétrolier Limbourg en 2002, de Madrid en 2004 ont mis en évidence la nécessité de renforcer les mesures de protection de tous les modes de transport. Une gamme de mesures est nécessaire, au niveau européen, national et des entreprises de transport. L'objet de la Communication sera de présenter ces mesures en mettant en évidence l'articulation nécessaire entre les différents modes, aires géographiques et acteurs et de donner des orientations sur la question du financement des mesures de sûreté.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication et proposition de directive pour une meilleure sécurité de transport et une plus grande sûreté par la création d'un espace de coopération policière et judiciaire dans les réseaux transeuropéens de transport	This is a package including a Communication and a proposal for a directive aiming at improved transport safety and increased security over Transeuropean Transport Networks through the application of best practice prevention and enforcement methods through inter-modal and international cooperation between police forces, inspectorates and judicial authorities responsible for different transport modes (namely road, water and rail). See also item 2005/TREN+/041.	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition d'établissement d'une entreprise commune sur la base du traité EURATOM pour organiser la recherche dans le domaine de la gestion des déchets radioactifs	Proposal to set up a Joint Undertaking (i.e. company with special status) under the provisions laid down in the Euratom Treaty in order to co-ordinate and carry out RD&D on specific topics of importance for the advancement of radioactive waste management in the EU.	Legislative Proposal / Decision

IV EXTERNAL RESPONSIBILITY

Title	Description of scope and objectives	Type of proposal or act
Accelerating progress towards achieving the Millennium Development Goals - Proposals for EU contribution to the UN 2005 MDG High Level Event	To generate debate, commitments, agenda building in the area of finance for development, coherence for development and specific actions for Africa.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication to the Council and the European Parliament "Towards Monterrey II - Reinforced commitments as the contribution of the enlarged EU to sustainable financing for development"	Define EU contribution into the international processes on Financing for Development leading into the stocktaking event on the Millennium Development Goals (UN Major Event September 2005): Proposals for new political commitments by the EU that will impact on the global process, as EU collectively is the largest provider of development assistance worldwide; most prominent themes: (1) further increased ODA levels towards achieving the internationally agreed 0.7% ODA/ GNI target over time, (2) improved aid effectiveness, (3) Innovative Sources on Financing, (4) debt relief within/ beyond the HIPC initiative for Heavily Indebt Poor Countries	Non-legislative action / Commission Communication
Communication sur une stratégie UE pour l'Afrique.	-Importance stratégique des relations UE-Afrique -Développement accru des relations institutionnelles entre l'UE et l'UA et notamment entre les deux Commissions -Engagement déliberé de l'UE à aider l'Afrique et soutenir les structures continentales (UE, NEPAD) -Engagement de l'UE à faire un effort particulier pour que l'Afrique puisse atteindre les MDGs, car les indicateurs et prévisions sont actuellement alarmants -Engagement de l'UE pour aider l'Afrique dans sa nouvelle politique de prévention et résolution des conflits (Facilité de Paix,… -Référence aux EPAs, EBA, et appui à l'intégration régionale africaine (9ème FED) et rôle entre	Non-legislative action / Commission Communication

	commerce et Développement	
Proposition pour une nouvelle déclaration sur la politique de développement de la CE	Revised policy statement on the EC Development Policy setting objectives and key principles underlying the Community approach to development co-operation. The development policy statement is by definition an overarching document setting the general direction and objectives of EC development policy. It provides political guidance and defines some key principles underlying the Community's approach to development co-operation. Development cooperation contributes to different degrees to the various objectives of EU's external action: from human rights and democracy, to security and world peace, to sustainable development, to a sound system of global governance. In this framework development cooperation has a specific mission: eradicating poverty. It is by focusing on its specific mission that it can maximise its contribution to the overall external action of the Union.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication from the Commission to Council and Parliament on a Framework for accompanying measures for Sugar Protocol Countries affected by the reform of the EU sugar CMO	The reform of the sugar CMO will substantially reduce internal EU sugar prices. This will in turn affect ACP countries benefiting from preferential access to the EU market through the Sugar Protocol. The Communication on the reform of the sugar CMO states that the Commission will support the adaptation process of affected ACP countries and India. The proposal for accompanying measures aims at defining EC objectives, orientations and priorities for trade and development support for affected countries.	Non-legislative action / Commission Communication
Mandate for negotiations with Croatia - Commission communication for the opening of negotiations with Croatia	Mandate for negotiations with Croatia: Commission communication for the opening of negotiations with Croatia	Non-legislative action / Commission Communication
Strengthen political and cultural dialogue with Civil Society between EU Member States and Turkey	Strengthen political and cultural dialogue with Civil Society between EU Member States and Turkey The third pillar of the strategy on Turkey entails a substantial strengthening of political and cultural dialogue. The Commission will present proposals on how to support the political and cultural dialogue bringing people together from EU Member States and Turkey. Civil Society	Non-legislative action / Commission Communication

	should play the most important role in this dialogue, which should be facilitated by the EU.	
Mandate for negotiations with Turkey	This corresponds to the second pillar of the strategy on Turkey. Commission communication for the opening of negotiations with Turkey and the specific way of approaching accession negotiations with Turkey	Non-legislative action / Commission Communication
Opinion on the Former Yugoslav Republic of Macedonia	Opinion on the Former Yugoslav Republic of Macedonia. Assessment by the Commission whether to recommend that negotiations for accession to the European Union be opened with the Former Yugoslav Republic of Macedonia	Non-legislative action / Opinion
Revised Accession Partnership for Turkey	The Revised Accession Partnership is representing the first pillar of the strategy drawn up by the recommendation on Turkey. In order to guarantee the sustainability and irreversibility of Turkey's progress to the continued fulfilment of the Copenhagen political criteria the EU should continue to monitor progress of the political reforms closely. This will be done on the basis of a Revised Accession Partnership setting priorities for further reforms.	Legislative Proposal / Decision
Draft Council decision for a European Partnership for Croatia	European Partnership for Croatia in order to support effort to move closer to the European Union. Draft Council decision on principles, priorities for action and conditions contained in the European Partnership. To set the framework for assistance programming taking stock of the new status of Croatia as a candidate country.	Legislative Proposal / Decision
2005 Enlargement package: Strategy paper on progress in the enlargement process Comprehensive monitoring reports for Bulgaria and Romania	2005 Enlargement package: Strategy paper on progress in the enlargement process Comprehensive monitoring reports for Bulgaria and Romania Regular report on Croatia's progress towards accession Regular report on Turkey's progress towards accession / A general review of progress of the political reforms.	Non-legislative action / Other

Regular report on Croatia's progress towards accession Regular report on Turkey's progress towards accession / A general review of progress of the political reforms.		
Report for Western Balkans - SAP Annual reports on the Stabilisation and Association process (Albania, Bosnia and Herzegovina, FYROM, Serbia and Montenegro)	Report for Western Balkans - SAP report : Report on the state of advancement of the Stabilisation and Association Process for Western Balkans. It aims to take stock of the progress made by the individual countries and by the region as a whole with respect to a certain number of political and economic criteria. Annual reports on the stabilisation and association process (Albania, Bosnia and Herzegovina, FYROM, Serbia and Montenegro). These annual reports concern the state of implementation of the stabilisation and association process and will be presented together with the enlargement package. They aim to take stock of the progress made by the individual countries and by the region as a whole with respect to a certain number of political and economic criteria within the framework of the SAP.	Non-legislative action / Other
Communication regarding the opening of consultations on joint ENP Action Plans with Armenia, Azerbaijan and Georgia, accompanied by 3 Country Reports	On the basis of Country Reports drawn up by the services, and its appraisal of the overall situation, the Commission may issue a recommendation to the Council to decide on the opening of bilateral consultations with Armenia, Azerbaijan or Georgia on the establishment of joint ENP Action Plans.	Non-legislative action / Commission Communication
Communication on EU-US relations	Communication will focus on deepening of economic partnership and on ways to upgrade the framework of EU-US relations.	Non-legislative action / Commission Communication

Communication de la Commission sur le dixième anniversaire du Processus de Barcelone	To review the ten years of the Barcelona Process and make proposals for refocusing to be discussed at the Euro-Mediterranean Foreign Affairs Ministers' meeting in Luxembourg (29-30 May) and at the Ministerial meeting in Barcelona (29/30 November)	Non-legislative action / Commission Communication
Five European Neighbourhood Action Plans with Egypt and Lebanon; Armenia, Azerbaijan and Georgia, on the basis of Country Reports presented earlier	Action Plans are the key instruments in the process of bringing our neighbours closer to the Union. Action Plans contain a set of jointly defined key priorities in the following selected areas: Political dialogue and reform; trade and measures preparing partners for gradually obtaining a stake in the EU's Internal Market; justice and home affairs; energy, transport, information society, environment and research and innovation; and social policy and people-to-people contacts. Action Plans are tailored to reflect the specific state of relations with each country, its needs and capacities, as well as the interests of the EU and the partner country concerned. Their implementation will be monitored on a regular basis, and the Action Plans adapted accordingly.	Agreement with third countries / Council Decision for the conclusionsof an agreement.
A new approach to the relations between the European Union and Latin-America	It is necessary to update and to revisit our strategy towards Latin America. This should include new approaches to our relations in order to build an alliance on global governance, to promote and defend the EU economic interest in the region, to strengthen the economic growth and sustainable development including social cohesion and to enable the EU to have a strong partner in particular for reasons of global peace and security. The last strategic EC Communication regarding our relations with Latin America dates ten years ago.	Non-legislative action / Commission Communication
Proposition de décision du Conseil sur les directives de négociation pour des accords bilatéraux d'intégration économique sur les services et l'investissement entre la Communauté et ses Etats Membres d'une part et les partenaires méditerranéens d'autre part	The proposed Decision will allow the Commission to open negotiations with the countries of the Euromed process (except Turkey) on investment and trade in services and will give the Commission negotiating guidelines for these negotiations.	Legislative Proposal / Decision

ANNEX II

Legislative proposals awaiting action by the Legislator

Economic and Financial Affairs

- Proposal for renewal of the Interinstitutional Agreement on budgetary discipline and improvement of the budgetary procedure. COM(2004)498
- Proposal for a Council Decision on the systems of the European Communities' own resources and Proposal for a Council Regulation on the implementing measures for the correction of budgetary imbalances in accordance with Articles 4 and 5 of the Council Decision of (..) on the system of the European Communities' own resources. (2004/0170/CNS)
- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on mutual administrative assistance for the protection of the financial interests of the Community against fraud and any other illegal activities (2004/0172/COD)
- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the criminal-law protection of the community's financial interests COM(2001)272 - 2001/0115 (COD)
- Proposal for a Council Regulation amending Regulation (Euratom) No 1074/1999 concerning investigations conducted by the European Anti-Fraud Office (OLAF). (2004/0038/COD)
- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EC) No 1073/1999 concerning investigations conducted by the European Anti-Fraud Office (OLAF) (2004/0035/COD)
- Commission proposal for a Council Regulation laying down provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund and the Cohesion Fund to replace Council Regulation 1260/1999 (2004/0163/AVC)
- Commission proposal for a Regulation of the European Parliament and Council on the European Regional Development Fund to replace Regulation 1783/1999. (2004/0167/COD)
- Commission proposal for a Council Regulation on the Cohesion Fund to replace Council Regulation 1264/1999 amending Regulation 1164/1994 establishing the Cohesion Fund (2004/0166/CNS)
- Commission proposal for a Regulation of the European Parliament and Council establishing a European Grouping on Cross-border cooperation (2004/0168/COD)

Taxation / Customs Union

- Proposal for a Council Directive amending Directive 2003/49/EC on a common system of taxation applicable to interest and royalty payments made between associated companies of different Member States (2003/0331/CNS)

- Proposal for a Council Directive amending Directive 90/434/EEC of 23 July 1990 on the common system of taxation applicable to mergers, divisions, transfers of assets and exchanges of shares concerning companies of different Member States (2003/0239/CNS)

- Proposal for a Council Directive amending Directive 77/388/EEC as regards reduced rates of value added tax (2003/0169/CNS)

- Proposal for a Council Directive amending Directive 77/388/EEC as regards the place of supply of services (2003/0329/CNS)

- Proposal for a Council Directive on the common system of value added tax (Recast) (2004/0079/CNS)

- Travel agents (2002/0041/CNS & 2003/0057/COD)

- Postal services (2003/0091/CNS)

- Proposal for a Council Directive amending Regulation (EC) No 1798/2003 as regards the introduction of administrative cooperation arrangements in the context of the one-stop scheme and the refund procedure for value added tax. Simplification of VAT obligations (one stop shop) (2004/0261/CNS & 2004/0262 /CNS)

- Proposal for a Council Directive amending Directive 92/12/EEC (Articles 7 to 10) on the general arrangements for products subject to excise duty and on the holding, movement and monitoring of such products (2004/0072 /CNS)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Council Regulation (EEC) No 2913/92 establishing the Community Customs Code (2003/167/COD)

General Affairs and External Relations – Development

- Mandat de négociations en vue d'accords-cadres individuels de partenariat et de coopération avec la Thaïlande, Singapour, Indonésie, Philippines, Malaisie, Brunei SEC(2004) 1022

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council concerning Community cooperation with Asian and Latin American countries and amending Council Regulation (EC) No 2258/96 (2002/0139/COD)

- Communication from the Commission to the Council concerning the conclusion of an agreement for R&D co-operation in the peaceful uses of nuclear energy between the European Atomic Energy Community (Euratom) and the government of the People's Republic of China COM(2004)755

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council concerning Community cooperation with Asian and Latin American countries and amending Council Regulation (EC) No 2258/96 (2002/0139/COD)

- Proposal for a Council Regulation establishing an Instrument for Pre-Accession Assistance (IPA) (2004/0222/CNS)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council laying down general provisions establishing a European Neighbourhood and Partnership Instrument (2004/0219/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing a financing instrument for development cooperation and economic cooperation (2004/0220/COD)

- Proposal for a Regulation of the Council establishing an Instrument for Stability (2004/0223/CNS)

- Amended proposal for a Council Regulation concerning trade in certain equipment and products which could be used for capital punishment, torture or other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment COM(2004)731

- Negotiating Directives for MRA on professional qualifications SEC(2004)133

- Proposal for a Council Decision on the application of certain guidelines in the field of officially supported export credits (2004/0101/ACC)

- Proposal for a Council Regulation concerning the establishment of a voluntary FLEGT licensing scheme for imports of timber into the European Community (2004/0173/ACC)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the access to Community External Assistance (2004/0099/COD)

- Proposal for a Council Decision fixing the deadline for the commitment of the funds of the 9th European Development Fund (EDF) COM(2004)838-2

Justice, Freedom and Security

- Amended proposal for a Council Directive on minimum standards on procedures in Member States for granting and withdrawing refugee status (2000/0238/CNS)

- Communication from the Commission to the European Parliament and the Council on the presentation of a proposal for a directive and two proposals for recommendations on the admission of third-country nationals to carry out scientific research in the European Community (2004/0061/CNS, 2004/0062/CNS & 2004/0063/COD)

- Proposal for a Council Decision establishing a secure web-based Information and Co-ordination Network for Member States' Migration Management Services (2003/0284/CNS)

- Proposal for a Council Regulation amending Regulation (EC) No 539/2001 as regards the reciprocity mechanism (2004/0141/CNS)
- Proposal for a Council Directive relating to the conditions in which third-country nationals shall have the freedom to travel in the territory of the Member States for periods not exceeding three months, introducing a specific travel authorisation and determining the conditions of entry and movement for periods not exceeding six months (2001/0155/CNS)
- Proposal for a Council Regulation establishing a Community Code on the rules governing the movement of persons across borders (2004/0127/CNS)
- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending the Convention implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985 on the gradual abolition of checks at common borders as regards access to the Schengen Information System by the services in the Member States responsible for issuing registration certificates for vehicles (2003/0198/COD)
- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council creating a European order for payment procedure (2004/0055/COD)
- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on certain aspects of mediation in civil and commercial matters (2004/0251/COD)
- Proposal for a Council Decision on the signing by the European Community of the Council of Europe Convention on contact concerning children COM(2002)520
- Proposal for a Council Framework Decision on the European Evidence Warrant for obtaining objects, documents and data for use in proceedings in criminal matters (2003/0270/CNS)
- Proposal for a Regulation of the European Parliament and the Council on the law applicable to Non-contractual obligations (2003/0168/COD)
- Proposal for a Council Decision on the exchange of information extracted from the criminal record (2004/0238/CNS)
- Proposal for a Council Decision on the signing, on behalf of the European Community, of the United Nations Convention against Corruption COM (2003) 751
- Proposal for a Council Framework Decision to strengthen the criminal law framework for the enforcement of the law against ship source pollution (2003/0088/CNS)
- Proposal for a Council Framework Decision on attacks against information systems (2002/0086/CNS)
- Report from the Commission to the Council Report from the Commission to the Council on controls on cross-border cash movements - Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the prevention of money laundering by means of customs co-operation (2002/0132/COD)
- Proposal for a Council Decision On the information exchange, risk-assessment and the control on new narcotic drugs and new synthetic drugs (2003/0215/CNS)

– Proposal for a Council Decision establishing the European Police College (CEPOL) as a body of the European Union (2004/0215/CNS)

Employment, Social Policy, Health and Consumers

- Proposal for a Directive of the European Parliament and the Council on working conditions for temporary workers Amended proposal for a Directive of the European Parliament and the Council on working conditions for temporary workers (2002/0072/COD)

- Proposition de directive du PE et du Conseil concernant les prescriptions minimales de sécurité de santé relatives à l'exposition des travailleurs aux risques dus aux agents physiques (les rayonnements optiques) (1992/449/COD)

- Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council amending Council Decision 2001/51/EC establishing a Programme relating to the Community framework strategy on gender equality and Decision No 848/2004/EC of the European Parliament and of the Council establishing a Community action programme to promote organisations active at European level in the field of equality between men and women (2004/194/COD)

- Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council establishing a Community Programme for Employment and Social Solidarity – PROGRESS. (2004/0158/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the European Social Fund (2004/0165/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the implementation of the principle of equal opportunities and equal treatment of men and women in matters of employment and occupation (recast version) (2004/0084/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2003/88/EC concerning certain aspects of the organisation of working time (2004/0209/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council concerning unfair business-to-consumer commercial practices in the Internal Market and amending directives 84/450/EEC, 97/7/EC and 98/27/EC (the Unfair Commercial Practices Directive (2003/0134/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the harmonisation of the laws, regulations and administrative provisions of the Member States concerning credit for consumers (2002/0222/COD)

- Proposal for a Regulation of the EP and Council on nutrition and health claims made on foods (2003/0165/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the addition of vitamins and minerals and of certain other substances to foods (2003/0262/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 95/2/EC on food additives other than colours and sweeteners and Directive 94/35/EC on sweeteners for use in foodstuffs (2004/0237/COD)

- Proposal for a Council Directive amending Directive 87/328/EEC as regards the storage of semen of bovine animals intended for intra-Community trade (2004/0188/CNS)

- Proposal for a Regulation of the European parliament and of the Council amending Regulation (EC) N° 999/2001 laying down rules for the prevention, control and eradication of certain transmissible spongiform encephalopathy's (2004/0270/COD)

- Proposal for a Council Decision approving the accession of the European Community to the International Convention for the Protection of New varieties of Plants, as revised at Geneva on 19 March 1991 (2004/0275/CNS)

Competitiveness (Internal Market, Industry and Research)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the recognition of professional qualifications (2002/0061/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on services in the internal market (2004/0001/COD)

- Proposal for a European Parliament and Council Regulation concerning sales promotions in the Internal Market (2001/0227/COD)

- Proposal for a Council Regulation on the Community Patent (2000/0177/CNS)

- Proposal for a Decision establishing the Community Patent Court (2003/0324/CNS)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the patentability of computer-implemented inventions (2002/0047/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 98/71/EC on the legal protection of designs (repairs clause) (2004/0203/COD)

- Proposal for a European Parliament and Council Regulation on compulsory licensing of patents relating to the manufacture of pharmaceutical products for export to countries with public health problems (004/0258/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directives 72/166/EEC, 84/5/EEC, 88/357/EEC, 90/232/EEC and Directive 2000/26/EC on insurance against civil liability in respect of the use of motor vehicles Proposal (2002/0124/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on reinsurance and amending Council Directives 73/239/EEC, 92/49/EEC and Directives 98/78/EC and 2002/83/EC (2004/0097/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the harmonisation of the laws, regulations and administrative provisions of the Member States concerning credit for consumers (2002/0222/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on cross border mergers of companies with share capital (10th Company Law Directive) (2003/0277/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 77/91/EEC, as regards the formation of public limited liability companies and the maintenance and alteration of their capital (2nd Company Law Directive) (2004/0256/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council relating to the taking up and pursuit of the business of credit institutions (recast) - Vol I 2004/0155/COD

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the prevention of the use of the financial system for the purpose of money laundering, including terrorist financing (2004/0137/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on statutory audit of annual accounts and consolidated accounts and amending Council Directives 78/660/EEC and 83/349/EEC (8th Company Law Directive) (2004/0065/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directives 78/660/EEC and 83/349/EEC concerning the annual accounts of certain types of companies and consolidated accounts (accounting directives - directors' responsibilities, disclosure of group structure and relations and corporate governance statement) (2004/0250/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council concerning the Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals (Reach), establishing a European Chemicals Agency and amending Directive 1999/45/EC and Regulation (EC) {on Persistent Organic Pollutants} (2003/256/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 67/548/EEC in order to adapt it to Regulation (EC) of the European Parliament and of the Council concerning the registration, evaluation, authorisation and restriction of chemicals (2003/257/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council relating to restrictions on the marketing and use of certain polycyclic aromatic hydrocarbons in extender oils and tyres (twenty-seventh amendment of Council Directive 76/769/EEC)- (2004/36/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council relating to restrictions on the marketing and use of toluene and trichlorobenzene (twenty-eighth amendment of Council Directive 76/769/EEC (2004/111/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending, for the twenty-ninth time, Council Directive 76/769/EEC on the approximation of the laws, regulations and administrative provisions of the Member States relating to restrictions on the marketing and use of certain dangerous substances and preparations (substances classified as carcinogen, mutagen or toxic to reproduction – c/m/r) (2004/0225/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council relating to the use of frontal protection systems on motor vehicles and amending Council Directive 70/156/EEC (2003/226/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the type-approval of motor vehicles with regard to their re-usability, recyclability and recoverability and amending Council Directive 70/156/EEC (2004/53/COD)

- Paediatrics (Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on medicinal products for paediatric use and amending Council Regulation (EEC) n° 1786/92, Directive 2001/83/EC and Regulation (EC) n° 726/2004 (2004/217/COD)

- Draft Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council laying down rules on nominal quantities for pre-packed products, repealing Council Directives 75/106/EEC and 80/232/EEC, and amending Council Directive 76/211/EEC (2004/248/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the approval of motor vehicles and their trailers, and of systems, components and separate technical units intended for such vehicles (Recast version) (2003/153/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council On establishing a framework for the setting of Eco-design requirements for Energy-Using Products and amending Council Directive 92/42/EEC (2003/172/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 77/541/EEC on the approximation of the laws of the Member States relating to safety belts and restraint systems of motor vehicles (2003/130/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 76/115/EEC on the approximation of the laws of the Member States relating to anchorages for motor-vehicle safety belts (2003/136/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 74/408/EEC relating to motor vehicles with regards to the seats, their anchorages and head restraints (2003/128/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on machinery and amending Directive 95/16/EC (2001/0004/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending for the 22nd time Directive 76/769/EEC on the approximation of the laws, regulations and administrative provisions of the Member States relating to restrictions on the marketing and use of certain dangerous substances and preparations (phthalates) and amending Council Directive 88/378/EEC on the approximation of the laws of the Member States concerning the safety of toys (1999/0238/COD)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the approximation of the laws of the Member States relating to the measures to be taken against the emission of gaseous and particulate pollutants from compression ignition engines for use in vehicles, and the emission of gaseous pollutants from positive-ignition engines fuelled with natural gas or liquefied petroleum gas for use in vehicles (Recast version) (2003/205/COD)

- Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council amending Council Decision2000/819/EC on a multiannual programme for enterprise and entrepreneurship,

and in particular for small and medium-sized enterprises (SMEs) (2001-2005) (2004/0272/COD)

Transport, telecommunications and energy

- Proposition de directive du Parlement européen et du Conseil modifiant la directive 1999/62/CE relative à la taxation des poids lourds pour l'utilisation de certaines infrastructures («Eurovignette»): la Commission demande au Conseil d'arriver très prochainement à une position commune (2003/0175/COD)

- Proposition de règlement du Parlement européen et du Conseil modifiant le règlement CEE no 3922/91 du Conseil relatif à l'harmonisation de règles techniques et de procédures administratives dans le domaine de l'aviation civile: la Commission demande au Conseil d'arriver très prochainement à une position commune (2000/0069/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council determining the general rules for the granting of community financial aid in the field of the trans-european transport networks and energy and amending council regulation (ec) n° 2236/95 (2004/0154/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and the Council on the implementation of the deployment and commercial operating phases of the European programme of satellite radio navigation (Galileo) (2004/0156/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing the second "Marco Polo" programme for the granting of Community financial assistance to improve the environmental performance of the freight transport system ("Marco Polo II") (2004/0157/COD)

- Proposal for a Council Regulation on the implementation of Protocol No 9 on the Bohunice V1 nuclear power plant in Slovakia, as annexed to the Act concerning the conditions of accession to the European Union of the Czech Republic, Estonia, Cyprus, Latvia, Lithuania, Hungary, Malta, Poland, Slovenia and Slovakia (Fonds de démantèlement) (2004/0221/CNS)

Nuclear safety:

- Proposition modifiée de directive (Euratom) du Conseil définissant les obligations de base et les principes généraux dans le domaine de la sûreté des installations nucléaires (2003/0021/CNS)

- Proposition modifiée de directive (Euratom) du Conseil sur la gestion du combustible nucléaire irradié et des déchets radioactifs (2003/0022/CNS)

3rd Railways package (4 items) :

- Proposition de directive du Parlement européen et du Conseil modifiant la directive 91/440/CEE du Conseil relative au développement de chemins de fer communautaires (2004/0047/COD)

- Proposition de directive du Parlement européen et du Conseil relative à la certification du personnel de bord assurant la conduite de locomotives et de trains sur le réseau ferroviaire de la Communauté (2004/0048/COD)

- Proposition de règlement du Parlement européen et du Conseil sur les droits et obligations des voyageurs ferroviaires internationaux (2004/0049/COD)

- Proposition de règlement du Parlement européen et du Conseil concernant les compensations en cas de non-respect des exigences de qualité contractuelles applicables aux services de fret ferroviaire (2004/050/COD)

- Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council establishing a multiannual Community programme to make digital content in Europe more accessible, usable and exploitable. (2004/0025/COD)

- Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council on establishing a multiannual Community programme on promoting safer use of Internet and new online technologies. (2004/0023/COD)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Council Regulation (EC) No 2236/95/EC laying down general rules for the granting of Community financial aid in the field of trans-European networks (2003/0086/COD)

- Proposition de décision du PE et du Conseil portant sur la mise en œuvre d'un programme de soutien au secteur audiovisuel européen (MEDIA 2007) (2004/0151/COD)

- Proposition de recommandation du PE et du Conseil sur le patrimoine cinématographique et la compétitivité des activités industrielles connexes (2004/0066/COD)

- Proposition de recommandation du PE et du Conseil sur la protection des mineurs et de la dignité humaine et le droit de réponse en lien avec la compétitivité de l'industrie européenne des services audiovisuels et d'information (2004/0117/COD)

Agriculture and Fisheries

- Proposal for a Council Regulation on support for rural development by the European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD. (2004/0161/CNS)

- Proposal for a Council Regulation on the financing of the common agricultural policy (2004/0164/CNS)

- Proposal for a Council Regulation amending Regulation (EC) No 850/98 as regards the protection of deep-water coral reefs from the effects of trawling in certain areas of the Atlantic Ocean (2004/0020/CNS)

- Proposal for a Council Regulation establishing measures for the recovery of the sole stocks in the Western Channel and the Bay of Biscay (2003/0327/CNS)

- Proposal for a Council Regulation establishing measures for the recovery of the Southern hake and Norway lobster stocks in the Cantabrian Sea and Western Iberian peninsula and amending Regulation (EC) No 850/98 (2003/0318/CNS)

- Proposal for a Council Regulation concerning management measures for the sustainable exploitation of fishery resources in the Mediterranean Sea and amending Regulations (EC) No 2847/93 and (EC) No 973/2001 (2003/0229/CNS)

- Proposal for a Council Regulation establishing a Community Fisheries Control Agency and amending Regulation (EC) No 2847/93 establishing a control system applicable to the Common Fisheries Policy (2004/0108/CNS)

- Proposal for a Council Regulation on the European Fisheries Fund (2004/0169/CNS)

- Proposal for a Council Regulation establishing a rebuilding plan for Greenland halibut in the framework of the Northwest Atlantic Fisheries Organisation (2004/0229/CNS)

- Proposal for a Council Regulation concerning the electronic transmission of information on fishing activities and the use of vessel detection systems. (2004/0252/CNS)

Education, Youth and Culture

- Proposition de décision du PE et du Conseil établissant le programme Culture 2007 (2007-2013) (2004/150/COD)

- Proposition de décision du PE et du Conseil établissant le programme « Jeunesse en action » pour la période 2007-2013 (2004/0152/COD)

- Proposition de décision du PE et du Conseil établissant un programme d'action intégré dans le domaine de l'éducation et de la formation tout au long de la vie (2004/0153/COD)

- Proposition de recommandation du PE et du Conseil concernant la poursuite de la coopération européenne visant la garantie de la qualité dans l'enseignement supérieur (2004/0239/COD)

- Proposition de décision du Parlement européen et du Conseil modifiant la décision 1419/1999/CE instituant une action communautaire en faveur de la manifestation "Capitale européenne de la culture" pour les années 2005 à 2019 (2003/0274/COD)

Environment

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the Protection of the Environment through Criminal Law (COD/2001/76)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council concerning the quality of bathing water (COD/2002/254)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 1999/32/EC as regards the sulphur content of marine fuels - volume ii (COD/2002/259)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the management of waste from the extractive industries (COD/2003/107)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on shipments of Waste (COD/2003/139)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on certain fluorinated greenhouse gases (COD/2003/189)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council relating to arsenic, cadmium, mercury, nickel and polycyclic aromatic hydrocarbons in ambient air (COD/2003/164)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending the Directive establishing a scheme for greenhouse gas emission allowance trading within the Community, in respect of the Kyoto Protocol's project mechanisms (COD/2003/173)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the protection of groundwater against pollution (COD/2003/210)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the application of the provisions of the Århus Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-making and Access to Justice in Environmental Matters to EC institutions and bodies (COD/2003/242)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on access to justice in environmental matters (COD/2003/246)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council concerning the Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals (Reach), establishing a European Chemicals Agency and amending Directive 1999/45/EC and Regulation (EC) {on Persistent Organic Pollutants} (COD/2003/256)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 67/548/EEC in order to adapt it to Regulation (EC) of the European Parliament and of the Council concerning the registration, evaluation, authorisation and restriction of chemicals (COD/2003/257)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EC) N° 1655/2000 concerning the Financial Instrument for the Environment (LIFE) (COD/2003/260)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on batteries and accumulators and spent batteries and accumulators (COD/2003/282)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council introducing humane trapping standards for certain animal species (COD/2004/183)

- Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council establishing an infrastructure for spatial information in the Community (INSPIRE) (COD/2004/175)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council concerning the Financial Instrument for the Environment (LIFE +) (COD/2004/218)

- Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council concerning the establishment of a European Pollutant Release and Transfer Register and amending Council Directives 91/689/EEC and 96/61/EC (COD/2004/231).

ANNEX III

SIMPLIFICATION[8]

The following items for adoption in the Work Programme would make a significant contribution to the programme of simplification:

Thematic Strategy on Air Pollution

Thematic Strategy on Prevention and Recycling of Waste

Proposal for a Council Regulation on Community financing for the implementation of the Common Fisheries Policy

Proposal for a directive on payments services in the Internal Market

Council regulation amending and updating the Community regime for the control of exports of dual-use items & technology

Plant protection product directive

Medical Devices directive

---

8 In February 2003, the Commission presented an ambitious Simplification Programme (COM(2003) 71) designed to simplify and up-date the content of existing EU legislation, and reduce its volume. This initiative resulted in a rolling programme for simplification which has been updated by the Commission on regular basis. Some of the initiatives listed in the present annex implement this simplification programme. It should be recalled also that the Council endorsed in November 2004 a list of priorities for simplification based on suggestions from Member States and invited the Commission to take any appropriate action. The Council list of proposals include the following items: Plant protection products; Annual accounts; Twelfth company law directive; Waste oils; Waste directive; Hazardous waste; Incineration of waste; Food labelling; International vs. EU motor vehicles rules; Construction products; Medical devices; Pressure vessels; Health and safety at work; Structural business statistics. The present work programme for 2005 already contains the Commission's response on some of Council's priorities and it should be noted that the pursuit of Council's simplification priorities do not always require legislative initiatives from the Commission.